---------- **ATA NÚMERO SETE** ----------

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezoito, reuniu no Lisboa Ginásio Clube, sito na Rua dos Anjos número sessenta e três, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Vítor Manuel da Cruz Carvalho, e pela Segunda Secretária, Maria Manuela Vieira Calado Gonçalves, com a seguinte ordem de trabalhos:----------

Ponto 1 – Intervenção do público----------

Ponto 2 – Período antes da ordem do dia;----------

Ponto 3 – Leitura, discussão e votação das atas nº 05 e nº 06, das sessões anteriores;----------

Ponto 4 – Apreciação e votação da alteração ao Mapa de Pessoal de 2018; ----------

Ponto 5 – Análise, discussão, votação do projeto de Regulamento do Orçamento Participativo da Junta de Freguesia de Arroios;----------

Ponto 6 – Apreciação da Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2, do art.º 9º, da Lei nº 75/2013;----------

Ponto 7 – Proposta de abono de despesas de representação aos titulares de cargo de direção intermédia de 2º grau da Junta de Freguesia de Arroios; ----------

Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes Membros: ----------

Do Partido Socialista (PS): – Maria José de Matos, Carla Cristina Barreto Madeira da Silva, Jorge Manuel André Rodrigues, José Eduardo Vera Matos, Joaquim Maria Prada e António José Serzedelo da Silva Marques.----------

Do Partido Social-Democrata (PSD): – José Manuel Cal Gonçalves, Damião Martins de Castro e Paula Cristina dos Santos Ferreira Castela Correia.----------

Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP) – Frederico Sapage Lemos Mira Pereira e Vitor Carlos Teles Fernandes.----------

Do Bloco de Esquerda (BE) – Ana Júlia Ganço Filipe.----------

Do Partido Comunista Português (PCP): – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luisa Martins Pereira Mirra. ----------

Do Partido "Pessoas-Animais-Natureza" (PAN)– António Morgado Valente.----------

Faltaram à sessão os seguintes Membros: ----------

Maria Lúcia Mittermayer Madureira de Almeida Saraiva Borges Leitão, que justificou a sua ausência e foi substituída por Damião de Castro; ----------

Maria Eugénia Saraiva Ferreira da Gama e Silva, que justificou a sua ausência e foi substituída por Paula Castela Correia;-

Joana D´Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, que justificou a sua ausência e foi substituída por António Serzedelo Marques;-

Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias, que justificou a sua ausência mas não foi substituída. ----------

Às vinte horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. ----------

---

Ponto 1 – Intervenção do público; ----------

Freguês Frederico Guerreiro fez a seguinte intervenção:----------

"Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, espero que estejam reunidas as melhores condições para que os fregueses desta Freguesia possam ser devidamente ouvidos pelos Membros da Mesa da Assembleia e pelos Membros do Executivo da mesma Junta. É muito importante dar a devida importância aos eleitores, porque os eleitores não servem só para votar de quatro em quatro anos. É importante que os eleitos e os que compõem as respetivas mesas com responsabilidade política passem a ter respeito por toda a população, não só aqueles que votaram, como também aqueles que não votaram mas que fazem parte da mesma população aqui da nossa Freguesia de Arroios, para que possamos ter uma verdadeira Freguesia de todos para todos, ou então não vale a pena vir aqui fazer de número, fazer de figuração.----

Eu, na condição de freguês da antiga e extinta Junta de Freguesia, venho mais uma vez apresentar problemas que já se arrastam há vários anos e que ainda não foram resolvidos até à data de hoje, como também na mesma condição estou aqui para apresentar várias propostas, como tenho feito também ao longo de muitos anos. São propostas que têm todas as condições para poderem ir para a frente se assim o Executivo político entender pegar nelas e começá-las a executar e não continuar a fazer discriminação porque são propostas apresentadas pela população, que não deve acontecer. Se a gente quer realmente uma democracia participativa, não devemos nunca discriminar nem pôr de lado aquilo que vem do exterior. É um erro político que tem custos, como já a história nos tem demonstrado ao longo dos mais de 43 anos de democracia.

Eu, em 2013, com o novo Executivo chefiado pela Senhora Presidente Margarida Martins, apresentei o grave problema do campo de futebol cinco, concretamente no Campo Mártires da Pátria, lado norte, que é uma estrutura desportiva que nunca teve a rede de cobertura e os jovens atletas, quando estão na sua prática, as bolas saltam para a estrada e a preocupação dos mesmos jovens é vir a correr atrás da bola. Felizmente até à data de hoje não aconteceu ali um acidente de extrema gravidade, ou seja, mortal.----------

ATAS

A Senhora Presidente Margarida Martins já no seu primeiro mandato 2013/2017 prometeu que iria instalar a respetiva rede de proteção para que as bolas não continuassem a saltar. Não foi isso que fez Senhora Presidente Margarida Martins.------ Com dinheiro público mandou colocar umas faixas lindíssimas em plena campanha eleitoral autárquica, mas o essencial e o importante está por fazer, que é a colocação da rede para que as bolas não continuem a saltar para a estrada, para a faixa de rodagem. É um problema que ainda não está resolvido e já devia de estar resolvido.----------

Passando para a higiene urbana da competência da Junta, que é a varredura, a lavagem e a manutenção das papeleiras, já na última reunião pública de Executivo, nas antigas instalações da Junta de Freguesia, eu alertei a Senhora Presidente e o seu respetivo Executivo para as falhas graves de higiene urbana e a Senhora não deu a devida importância, como os Membros do Executivo não deram a devida importância, desprezaram até depois no exterior, já terminando a reunião. "Deixem-me eu falar", mas depois veio a confirmar que as papeleiras do antigo Mercado Forno Tijolo, todas elas à volta da área envolvente estavam a verter lixo em enormes quantidades para o chão. ----------

Quando as papeleiras não têm a devida manutenção e começam a verter lixo para o chão temos outro problema, Senhora Presidente Margarida Martins, já temos um problema de saúde pública e continuam a acontecer. Mesmo aqui nas nossas caras temos várias papeleiras na Rua dos Anjos que estão a verter lixo para o chão, porque não há manutenção. Depois temos elementos responsáveis pelo espaço público que não querem ouvir a população, nunca aparecem, nunca estão nos seus gabinetes e a situação continua.----------

Para ser o mais breve possível, porque continuo a ser uma voz incómoda, mas vou continuar a ser, aqui não estou disponível para me silenciarem. O que está bem eu sou o primeiro a dizer que está bem, o que está mal eu não posso estar a dizer que está bem.----------

Já há muitos anos que eu alertei o atual Executivo, já no seu primeiro mandato 2013-2017, para o grave problema da falha de pintura das passadeiras, concretamente Travessa do Hospital junto ao número 22, que saem naquela faixa de rodagem que afunila viaturas com excesso de velocidade e as pessoas estão em risco de ser atropeladas ali. Falei várias vezes até com o Senhor Arquiteto João Veríssimo e outras pessoas no seu primeiro mandato, que eram responsáveis pelo espaço público, nada foi feito. Falei já neste Executivo com o Senhor Fernando Maia, que mais uma vez está ali sentadinho, uma pessoa que é um dos elementos responsáveis pelo espaço público. Não quer ouvir as pessoas, vira as costas às pessoas e depois vem com uma história que é agora uma intervenção do gabinete do Senhor Vereador Manuel Salgado, que vai ali fazer uma intervenção, e eu respondi ao Senhor Fernando Maia que essa intervenção que não se sabe quando é que vai começar, pode ser para o mês que vem ou pode ser para daqui a vinte anos e o Senhor Vereador Manuel Salgado já não estará no Executivo da Câmara. Não tem rigorosamente nada a ver com a pintura da passadeira na Travessa do Hospital junto ao número 22.----------

Mais, o Executivo da Senhora Presidente Margarida Martins gastou dinheiro público na compra de uma máquina de pintura a frio, que é aquela tinta projetada a frio. A Junta de Freguesia tem a máquina mas não pinta as passadeiras, que é da sua competência também. Concretamente a Travessa do Hospital junto ao número 22 não tem passadeira, como eu lhe posso apresentar mais outras ruas, poderíamos estar aqui a noite toda que não vamos estar, que não há passadeiras. Se nós falamos para os canais todos de televisão da mobilidade e da segurança dos peões, mas depois temos uma Freguesia que não tem passadeiras em vários pontos.----------

Para concluir rapidamente, um problema que é da competência só da Câmara de Lisboa, que é a iluminação pública. Colocaram também em plena campanha eleitoral autárquica o poste de iluminação mesmo aqui em frente às nossas caras. Já na última Assembleia de Freguesia de Arroios que se realizou aqui eu falei, continua o apagão, não tem luz o poste de iluminação e continua a não ter luz.----------

Para concluir, passadeiras com obstáculos Senhora Presidente, não obrigado, porque as passadeiras para as pessoas não podem ter obstáculos, têm que ser passadeiras. Eu nunca vi passadeiras com pilaretes, nem com outro tipo de mobiliário, começando por máquinas da EMEL que nasceram em pleno passeio e que impede a boa circulação das pessoas e a sua segurança, mobilidade. Portanto atenção Senhora Presidente, atenção a todos estes problemas porque a qualidade de vida nesta Freguesia para os portugueses é zero, completamente zero. E depois falamos de políticas multiculturais, mas estamos a excluir a população que nasceu aqui e que sempre dormiu aqui, que é muito importante. Temos que ter uma Freguesia de Arroios para todos, não podemos só ter uma Freguesia para determinadas comunidades.----------

E disse. Faço votos para que os problemas que este freguês já apresenta há muitos anos sejam resolvidos.----------

E para concluir muito rapidamente, porque da parte do público tem que ser tudo muito rápido, eu faço votos para que os novos eleitos das várias bancadas partidárias, que estão aqui representados e muito bem, que estão aqui sentados nas cadeiras com o voto popular, comecem a vir às ruas, comecem a conhecer os problemas reais da Freguesia de Arroios. Não chega só de três em três meses estar presente nas Assembleias, é importante que comecem a vir para as ruas e a ter contacto com a população e com os problemas que afetam a população toda, não só aqueles que dormem cá como aqueles que já foram despejados de cá mas continuam a ser eleitores de Arroios, como aqueles que trabalham cá porque passam mais horas na Freguesia de Arroios do que propriamente nas suas casas.----------

Muita atenção na forma como se faz política, porque quando se faz política tem que ser para todos, para toda a população, não podemos estar a discriminar e a favorecer grupos.----------
Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, muito obrigado por me ter concedido estes minutos. Boa noite a todos.--
Freguesa Cristina Castro fez a seguinte intervenção:----------
"Boa Tarde, Senhores do Executivo desta Assembleia e moradores. ----------
Moro na Freguesia de São Jorge de Arroios e gostava de saber se a Junta de Freguesia tem prevista alguma iniciativa no sentido de criar um serviço de apoio aos animais, à semelhança do que já sucede noutras freguesias da cidade. Penso que deveria haver um esforço desta Junta para atuar no bem-estar animal, animais que estão presentes no nosso dia-a-dia, nas ruas ou em casa de famílias mais carenciadas, animais estes que vivem sem cuidados básicos de saúde. Provendo esta assistência está-se a praticar um ato humanitário em relação a seres sencientes, como também a promover a salubridade pública e o bem-estar destas famílias. ----------
Esta Junta pode marcar a diferença ao dispor aos seus moradores um serviço com ações de captura, esterilização e recolocação. Sei que a Câmara já o faz, mas é sempre diferente esta intervenção ser feita através de moradores/Junta e nesta ação há um outro todo que a Câmara não consegue englobar, que menciono mais abaixo;----------
Tratar e alimentar animais de colónias carenciadas; ----------
Promover junto aos cuidadores de colónias a sinalização das mesmas, podendo assim atuar no incentivo à esterilização como também informar dos cuidados a ter com o espaço usado, bem como disponibilizar a ida ao veterinário de um gato que não se encontre bem de saúde; ----------
Ter um espaço para que estes animais se possam recuperar e caso seja possível serem adotados; ----------
Promover junto aos moradores a importância destes gatos no controle de pragas.----------
Apoiar moradores mais carenciados na esterilização, alimentação, desparasitação e cuidados veterinários;----------
E por último estabelecer-se um contacto entre a Junta e veterinários locais, associações e grupos de voluntários. Contando com a experiência destes elementos para fazer com que este projeto flua com alma e dedicação. ----------
Estes primeiros passos geram uma ação que olha o futuro ao termos os gatos na cidade mas em colónias controladas e ausência de abandono. ----------
Somos já a geração futura, uma geração com consciência, uma geração da Freguesia de São Jorge de Arroios, que sabe marcar a diferença. ----------
Obrigada pelo vosso tempo."----------
A Senhora Presidente da Assembleia esclareceu que a Freguesia de São Jorge de Arroios deixara de existir na última revisão administrativa. Desde 2013 que não existia e fora englobada na nova Freguesia de Arroios, que incluía também as antigas Freguesias dos Anjos e da Pena.----------
Freguês Henrique Garcia de Sousa fez a seguinte intervenção:----------
"Boa noite.----------
Começar por contar uma história que aconteceu aqui há uns dias. Eu estava a passear aqui com um amigo meu estrangeiro pela Freguesia e a determinado momento ele perguntou-me "vocês em Portugal têm alguma dificuldade em fazer contas?". Honestamente deixou-me um bocadinho escandalizado mas perguntei-lhe porquê. Ele respondeu: "Vocês aqui têm casas caríssimas, nomeadamente nesta Freguesia, quando o espaço está absolutamente degradado".----------
Nós temos inúmeros grafitis pela Freguesia, é na Pena, é no Bairro das Colónias, é na Rua Maria da Fonte. Por exemplo à volta do Mercado Forno do Tijolo, já estão lá há imenso tempo e não são limpos, alguns já estão há meses e meses lá e ninguém os limpa e têm vindo aumentar. Até nas ruas mais movimentadas eles existem e portanto existe uma falta de vigilância. Se ainda fosse num beco mais escuro, onde existe menos gente, é normal que aconteça, mas nas ruas mais movimentadas também existem. Até um marco do correio, que é uma coisa minúscula, na Almirante Reis aqui ao pé está todo vandalizado.----------
Depois também é o problema da urina, nalgumas zonas enjoa. Pode parecer incorreto eu dizer isto, mas ao pé da Igreja de Arroios a parede está encardida com a sujidade e com a urina, também atrás do Banco de Portugal. Eu acho que se o horário fosse alargado se calhar não tínhamos este problema, porque as pessoas também não conseguem aguentar tanto tempo sem urinar e se não têm uma casa, vivem na rua, é normal que isso aconteça.----------
Depois também há o problema da falta de limpeza. Há ruas que estão absolutamente encardidas.----------
Também temos o problema da falta de segurança. Até conheci uma senhora numa rua que me disse que tinha dois negócios, duas papelarias e teve que fechar uma na Pena porque a loja foi assaltada e ninguém já quer trabalhar ali, tem a loja a fazer de armazém, acumula ali os jornais para vender na outra. Acho que é triste as pessoas que trabalham aqui terem que perder os seus negócios, terem que sair daqui porque não existe segurança na Freguesia.----------
Tenho aqui uma proposta que gostava de fazer. Como estava a dizer o Senhor Frederico, existem muitas passadeiras que estão mal pintadas ou que já não estão pintadas e eu gostava de saber se não é possível, em vez de se estar sempre a pintar as passadeiras, pôr aquelas pedras brancas como existe nalgumas zonas da cidade. Assim seria talvez um investimento porque seria mais caro dessa vez mas não teria de se estar sempre a pintar e também se resolvia o problema

de insegurança por as passadeiras não estarem devidamente sinalizadas. Realmente têm que ser pintadas com frequência, o que não acontece, e assim a passadeira duraria muito mais tempo.----------
Eu não tenho a certeza se a Junta pode fazer isso ou se tem que ser a Câmara a fazer porque já é na faixa de rodagem, mas é uma proposta que se calhar seria interessante vocês também fazerem à Câmara, se não for da vossa competência. Existe um problema que não estou à espera que seja o Executivo a resolver, mas poderá se calhar encaminhar para as entidades competentes, que é de muitos comerciantes com quem eu converso dizem-se revoltados e frustrados porque têm que pagar várias licenças das suas lojas para vender tabaco, para vender roupa. E existem outras lojas que não têm essas licenças.----------
Existe também a situação que as lojas mais antigas têm todas toldos, são obrigatórios, e outras mais recentes limitam-se a ter aqueles emplastros de metal que não trazem qualquer beleza à Freguesia, enquanto que outras pessoas tiveram que pagar um valor elevado para ter aquele toldo porque é uma zona histórica e porque tem que ser aquele toldo. Eu acho que é uma questão de justiça e percebo a revolta das pessoas. Se as coisas são assim é para todos, não é só para alguns.----
Muito obrigado."----------
Freguês José Armando fez a seguinte intervenção:----------
"Muito boa noite. Gostaria de saudar a Mesa da Assembleia e o Executivo, em primeiro lugar a Senhora Presidente, os Membros da Assembleia de Freguesia, os funcionários da Junta e o público em geral.----------
As pessoas, mal me veem aqui, dizem logo que ele vai falar do circuito da Pena e obviamente que também vou falar do circuito da Pena, porque desde a última vez nada foi feito.----------
Uma das coisas que foi prometida aqui é que seria sinalizado, que não foi. Depois há uma versão que corre e eu consegui comprovar nos últimos meses que não é verdade. Não se trata de vandalismo, trata-se da incúria do Executivo e eu vou dizer porquê.----------
Da outra vez falei daquele equipamento que está junto à Embaixada da Alemanha, que tem aquelas pedaleiras. Já na altura as pedaleiras superiores não estavam lá, só estavam as inferiores. Outras pessoas também vão lá fazer o circuito de manutenção e falei com um senhor, um jovem de 80 anos, que também vai para lá e ele disse-me que entregou as pedaleiras já há uns meses nos lavabos junto ao jardim e até agora ninguém instalou. Isto é incúria, não é vandalismo.----------
Mais ainda, eu já várias vezes vou para lá e vejo nas pedaleiras inferiores que elas estão caídas, é pela utilização. Eu já mais que uma vez, com a minha mãozinha, andei a apertar. O problema é que não há pessoas a vigiar, porque se houvesse isso não se punha.----------
Outra coisa importante, embora aqui não seja da responsabilidade da Junta de Freguesia. Eu já em tempos alertei para o problema ali junto ao Jardim Cesário Verde, daquela árvore que cobria o semáforo. Agora há um fenómeno novo um pouco mais acima, na direção do Arco do Cego, há ali outro semáforo em que a árvore está a cobrir e agora há uma obra lá e colocaram o estaleiro mesmo em frente daquele que está do lado direito. Eu penso que a Junta deveria fazer qualquer coisa por isso.----------
Para acabar, uma coisa que eu me esqueci de dizer da última vez e foi uma das coisas que eu vi, penso que no programa de todos os partidos políticos que concorreram aqui à Junta de Freguesia, que é o problema do estacionamento. Obviamente que eu não tenho uma solução mágica porque eu não sou mágico, prometo, mas não sei se todas as pessoas que fazem parte do Executivo e da Assembleia têm conhecimento de um projeto que correu há cerca de vinte anos na antiga Freguesia de São Jorge de Arroios, que eu já morava nessa e agora é que mudei um bocadinho mais para baixo mas de qualquer modo moro na mesma Freguesia, o famoso projeto do Parque Olegário Mariano.----------
Foi um projeto que na altura falhou apenas por uma coisa, foi porque as pessoas não foram absolutamente eficazes e o que é que fizeram? Colocaram nos estatutos algo que era preciso decidir sempre por maioria dos sócios. O que é que acontece? Na primeira reunião estavam centenas de pessoas e depois as pessoas deixaram de ir e como as pessoas deixaram de ir o que é que acontece? Nunca se conseguiu tomar nenhuma decisão e teve que se acabar com aquele projeto.----------
Eu sei que hoje há um problema com a EMEL que pode ser mais delicado mas há os orçamentos participativos e os orçamentos participativos podem ajudar.----------
O que era no fim de contas e que é talvez a melhor solução para resolver os problemas do estacionamento? É as pessoas juntarem-se para fazer algo em conjunto. Na altura o projeto era um condomínio de moradores, a Câmara cedia o terreno por 99 anos e a partir daí construía-se um parque. Assim seria possível racionalizar muito mais as coisas. ----------
Foi a minha primeira participação cívica aqui, infelizmente não foi para a frente mas como se calhar eu moro aqui há mais anos do que muita gente venho repensar esse projeto, porque essa é a única solução. Não é chegar ali a um terreno e arranjar mais dez espaços, porque se calhar as pessoas depois compram três carros e querem os três carros ali. Agora, se as pessoas tiverem um espaço com um sítio, se calhar resolve-se o problema de outra maneira, sabem que têm lá um espaço e não vão comprar dois e três carros.----------
Boa noite. Eu vou esperar só pelas respostas mas vou ter que sair. Como bem educado quero ouvir aquilo que vão dizer e se tiverem algum comentário estou na inteira disponibilidade, mas hoje não poderei ficar cá muito mais tempo.----------
Muito obrigado."----------

Freguês Luis Castro fez a seguinte intervenção:----------
"Boa tarde.----------
Para tornar a minha intervenção curta gostaria de chamar a atenção do Executivo do seguinte: Nos passados dias 20, 21 e 22 deste mês fiz parte de um grupo, de um movimento cívico que esteve na Freguesia de Arroios a recolher assinaturas para uma iniciativa legislativa de cidadãos.----------
Nos termos da Lei, nomeadamente da Lei 17/2003 de 4 de junho e nomeadamente do seu artigo número 5, não há necessidade para este tipo de iniciativas de pedir autorização à Junta de Freguesia nem à Câmara Municipal. Isto é tratado como um partido político normalmente e o que aconteceu é que há algumas diferenças entre Freguesias. Eu reparei que na Freguesia de São Jorge de Arroios inclusivé me foi dado a preencher um formulário grande, um dos quais pedia para ter isenção de taxas e um formulário de licenciamento.----------
Assim sendo, venho requerer aos digníssimos Membros do Executivo que ponderem o processamento deste tipo de requerimentos que estão a exigir às pessoas porque eles não são exigidos noutras Freguesias e por Lei até não deveriam estar a correr. Portanto, fica aqui a minha observação.----------
Fizemos a recolha na rua, houve algumas personalidades públicas que se juntaram ao evento, nomeadamente o antigo candidato presidencial Paulo Morais e Henrique Neto, mas acho que foi muito tempo que estivemos ali a preencher e depois ninguém nos respondeu. A Raquel acabou por não responder ao pedido que tinha sido feito.----------
Obrigado e boa tarde." ----------
A Senhora Presidente da Assembleia chamou novamente à atenção de que a Freguesia de São Jorge de Arroios não existia. Atualmente existia a Freguesia de Arroios.----------
O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas, começou por dizer que a Junta de Freguesia de Arroios e o seu Executivo e não podendo falar por outras forças políticas mas quase se atrevia a dizer, não promoviam qualquer atitude discriminatória sobre nenhum freguês.----------
As considerações feitas pelo freguês Frederico Guerreiro não colhiam relativamente àquilo que era a postura do Executivo e parecia-lhe que de todos os eleitos da Assembleia, como também não colhia a referência feita a um trabalhador dedicado da Junta de Freguesia de Arroios e que não merecia as palavras que lhe foram dirigidas.----------
Disse que o Executivo sempre ouvira com atenção as sugestões que o freguês Frederico Guerreiro entendera fazer, a maioria delas visando o bem comum, problemas identificados e soluções ponderadas. Muitas das questões colocadas tinham sido já tratadas e o freguês sabia bem a ajuda que a Senhora Presidente prestara na questão da sua habitação. Portanto, entendia que não eram inteiramente justas algumas das questões colocadas.----------
Relativamente à questão da higiene urbana, era uma questão em que genericamente existiam reclamações das pessoas e que tinham em algumas situações fundamento. Havia o facto da pressão sobre a Freguesia, nomeadamente de pessoas que trabalhavam na Freguesia, aumentara significativamente nos últimos poucos anos, em função do aumento da atividade económica. O alojamento local também aumentara na Freguesia e levara a uma pressão adicional, assim como os hotéis que iam sendo construídos na Freguesia. Aliás, Arroios era das Freguesias que tinha mais hotéis na Cidade de Lisboa. Isso levava outros problemas que não tinham só a ver com a higiene urbana, que tinham a ver com a habitação, mas que levavam novos desafios e implicavam novas soluções.----------
Havia outro fator que acontecera no último ano e que resultava da Junta de Freguesia, em virtude da seca em Portugal, ter reduzido de forma significativa as lavagens nas ruas. Era uma medida com impacto negativo na limpeza. A Junta já tivera oportunidade de voltar a incrementar as lavagens nas ruas com um ritmo muito superior porque a situação de seca fora felizmente ultrapassada.----------
Na última reunião pública de Executivo, onde também estivera o freguês Frederico Guerreiro, outros moradores referiram essa questão, nomeadamente moradores do Regueirão dos Anjos. A prova de que o Executivo ouvia com atenção as reclamações era que tiveram *feed-back* desses moradores sobre existirem melhorias sensíveis relativamente à lavagem das ruas, nomeadamente no Regueirão dos Anjos. Essa questão seria aprofundada e retomada em ritmo significativo.------
Havia outra questão que estavam a negociar com a CML e que no fundo era alocar mais recursos à higiene urbana. Era algo que estava a ser estudado na Câmara e havia de certa forma um compromisso para que fosse feito. Por um lado no sentido de haver mais bem materiais, máquinas, por outro lado mais recursos humanos.----------
Não estavam satisfeitos com a situação da higiene urbana na Freguesia e usariam todos os meios ao dispor para inverter. Já o tinham começado a fazer e tinha a convicção de que se iriam notar algumas melhorias.----------
Relativamente à questão dos *tags,* era um problema na Freguesia e crescente. A CML, decorrente das suas competências, tinha um problema procedimental no concurso com as empresas que tratavam da limpeza dos *tags* na Cidade de Lisboa, sendo que a Junta de Freguesia já se colocara ao dispor da Câmara para assumir essa competência. A Junta de Freguesia tinha dito claramente à CML que fizesse essa delegação de competências e transferisse os recursos que assumiria essa competência.----------
A Junta devia assumir porque era um problema grave e porque exigia uma resposta imediata. Quando aparecia um *tag*, a ação mais importante para que não se multiplicassem era imediatamente atuar sobre eles. Se não havia recursos nem

competências para a Junta fazer, isso tinha um efeito multiplicador negativo sobre o resto da envolvência da cidade e da Freguesia e, portanto, queriam resolver esse assunto.----------
Relativamente à pintura das passadeiras, a Junta começara com os recursos internos e tinha um procedimento a correr para durante a fase de tempo seco retomar as pinturas das passadeiras. No tempo de inverno era um trabalho muitas vezes inglório porque rapidamente se deteriorava se não fosse bem feito e com o pavimento completamente seco.----------
Referiu que do ponto de vista regulamentar não era possível, embora tivesse sido colocado em algumas zonas da cidade, passadeiras com pedra de calcário. Isso era antiregulamentar porque uma passadeira era constituída pela própria "zebra" e pelas barras de paragem. Acontecia que as barras de paragem em material calcário, o carro tentava parar, o calcário era muito escorregadio e provocava mais atropelamentos. Não era possível utilizar a pedra de calcário na faixa de rodagem, pela mesma razão porque não era utilizada na faixa pedonal, porque era escorregadia. Não era possível utilizar essa solução, embora infelizmente ela fosse usada nos últimos anos.----------
O que se pretendia fazer na Freguesia era uma proposta muito ambiciosa feita à CML, que com uma nova geração de contratos de delegação de competências conseguisse atuar em muitos quilómetros de passeios da Freguesia, para os tornar confortáveis e seguros e para refazer dezenas de passadeiras, não só do ponto de vista da sua pintura, mas também do ponto de vista da sua adaptação para pessoas de mobilidade reduzida, como tinha sido feito à entrada do edifício onde se encontravam. Havia muita ambição nesse aspeto, assim conseguissem fazer rapidamente esses contratos com a Câmara.
Relativamente à Praça Olegário Mariano, era uma das zonas que tinham como proposta de contrato de delegação de competências para que a CML passasse as competências para reabilitar e reordenar toda aquela zona, tanto do ponto de vista do estacionamento como do ponto de vista do usufruto do espaço público, que estava muito confuso e não era adequado.----------
Sobre a questão da urina e do cheiro, uma questão também levantada pelo PSD numa das últimas Assembleias, de facto iam ser alargados os horários dos sanitários e dos balneários. Era uma medida necessária porque as pessoas que viviam na rua tinham que ter condições de se higienizar e de aceder aos sanitários em horários mais alargados. Era algo que muito rapidamente a Junta iria implementar.----------
Quanto ao estacionamento, era uma questão difícil e que o Senhor José Armando de certa forma tinha caracterizado essa dificuldade. O estacionamento era algo que precisava de espaço, em muitas situações se faziam mais estacionamento teriam mais carros a aparecer e entrava-se num ciclo vicioso. ----------
Havia a questão do estacionamento exclusivo para residentes, que do ponto de vista prático tinha o problema que a EMEL tendia a fiscalizar mais onde havia receita. Na situação atual tinham que pensar como tratar a questão das zonas amarelas, verdes e vermelhas, no sentido de manter aquilo que era as vantagens para os residentes. Um dístico a doze euros e meio por ano era perfeitamente acessível, mas se controlassem mais o estacionamento de pessoas que iam de fora da Freguesia poderiam conseguir ser mais eficazes em algumas áreas.----------
Estava-se também a equacionar em algumas situações, a medida não estava fechada, introduzir zonas de acesso condicionado, à semelhança do que existia em algumas zonas da cidade e nomeadamente na Freguesia da Misericórdia e de Santa Maria Maior. Havia uma zona da Freguesia onde estavam a equacionar essa hipótese e não queria já avançar com isso, até porque teriam que discutir esse assunto com mais profundidade e com os próprios moradores dessas zonas, mas nalgumas zonas fazia sentido entrar por esse caminho.----------
A Senhora Presidente da Junta começou por dizer que havia o cartão "Animais Mais", criado para o apoio aos animais da Freguesia para famílias mais carenciadas. Também se apoiava as colónias de gatos da Freguesia em colaboração com moradores que trabalhavam em conjunto com a Câmara. A Junta comprava ração para esses animais. Eram grupos que trabalhavam com a Câmara, com a Junta, com a União Zoófila e com outras instituições da Freguesia para apoio a esses animais.----------
A Junta conhecia as colónias, as pessoas chamavam à atenção e a Junta apoiava, mas havia uma série de situações na Freguesia em que as pessoas alimentavam gatos de rua que não se deixavam apanhar. Quando havia colónias abandonadas em alguns pátios e outras situações onde não podiam entrar alertavam a Câmara Municipal para que apoiasse esses animais, que não estavam encarcerados mas estavam em zonas entre prédios e onde não se podia entrar.----------
Sobre o circuito da Pena, as equipas eram informadas e não podia pôr em dúvida, nem o que o freguês dizia nem a equipa. Iria alertar mais uma vez e saber o que se passava. Não havia videovigilância nem pessoas a vigiar.----------
Sobre a árvore no Arco do Cego, segundo percebera, essa zona de arvoredo pertencia às Avenidas Novas. Se fosse na Rua Dona Estefânia, essa pertencia a Arroios e podia pedir à equipa para ver o que se passava porque a árvore junto ao Cesário Verde tinha sido tratada.----------
Disse que a única licença da Junta era sobre os espaços públicos e os toldos, não tinha licença sobre pessoas a venderem roupa ou sapatos.----------
Segundo informação do jurista, as pessoas tinham que apresentar estatutos do movimento cívico e normalmente não tinham que pedir licença, mas tinham que informar a CML, que por sua vez informava a Junta de Freguesia de que queriam fazer

um movimento cívico. Tinham que estar registados como movimento cívico e informar a Câmara de que queriam fazer essa ação, a Câmara informava a Junta de Freguesia e era dado conhecimento às equipas.----------
O Vogal do Executivo André Gomes referiu que as lavagens foram paradas por causa da seca no ano anterior, entretanto recomeçaram as lavagens. Tinha razão a população de que estava tudo muito sujo e foram dadas instruções aos serviços. O pelouro da higiene urbana era seu e estava à disposição para ouvir todos os fregueses.----------
Quanto ao reforço de pessoal, no último concurso lançado para os precários iriam incluir funcionários para a higiene urbana nos quadros da Junta.----------
O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas, disse que todos os investimentos feitos pela Junta eram com dinheiro público, a não ser que houvesse mecenato. Estavam disponíveis para que ele existisse, a bem da Freguesia, mas em princípio era com dinheiro público. O que acontecia com o campo de futsal era que esse equipamento, do ponto de vista das regras da sua infraestrutura tinha que ter acordo da CML para um conjunto de intervenções.----------
Essa questão seria avaliada no sentido de melhorar a segurança do campo, nomeadamente com a colocação da rede de topo. Caso conseguissem obter esse acordo, não tinham nada a opor.----------
Em relação às faixas, de facto foram colocadas no local e que eram muito bonitas. Só não era correto elas terem sido colocadas na campanha eleitoral pois foram colocadas muitos meses antes de sequer entrarem em pré-campanha. ---------
---

Ponto 2 – Período antes da ordem do dia;----------
A Senhora Presidente da Assembleia informou que a Membro Beatriz Dias, do BE, teria que suspender o mandato, por motivos profissionais, até ao dia 18 de abril de 2019 e seria substituída por Margarida Barata, que não podia estar presente.-
Membro Frederico Sapage Pereira (CDS-PP) apresentou os seguintes documentos:
----------**Recomendação** ----------
"---------- Cartão de Autarca ----------
A inexistência de uma identificação específica para os autarcas da Freguesia de Arroios em Lisboa, dificulta, em inúmeras circunstâncias, o exercício das suas competências. ----------
Nos termos do disposto na alínea i) do artigo 5º da Lei 29/87 de 30-06, alterada pela Lei 97/98 de 15-12, lei 1/91 de 10/01, Lei11/91 de 17-05, Lei 11/96 de 18-04, Lei 127/97 de 11-12, Lei 50/99 de 24-06, Lei 86/2001 de 10-08, Lei 22/2004 de 17-06, Lei 52-A/2005 de 10-10 e Lei 53-F/2006 de 29-12, e que rege os Estatutos dos Eleitos Locais, estes têm direito a possuir um cartão especial de identificação.----------
Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de Arroios, na sessão ordinária reunida a 28 de junho de 2018, propõem que esta Assembleia delibere, nos termos do disposto da alínea j) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na redação em vigor, recomendar à Junta de Freguesia: ----------
A emissão de cartão especial de identificação de Autarca a que os eleitos locais têm direito por Lei.----------
Lisboa, 28 de junho de 2018 ----------
---------- Os eleitos do CDS-PP – Frederico Sapage Pereira e Vitor Teles.----------
---
---------- **Recomendação** ----------
"Levantamento de obstáculos pedonais e sinais dos semáforos com aviso sonoro ----------
Considerando que a colocação errada de caixotes do lixo, caixas de eletricidade, placas de sinalização, marcos de correio, entre outros traduzem-se numa dificuldade acrescida para os fregueses com mobilidade reduzida e/ou invisuais; ----------
Considerando que apenas um em cada vinte dos semáforos de Lisboa tem sinais sonoros para invisuais, segundo um inventário feito em várias zonas da cidade, que identifica também diferentes obstáculos à mobilidade das pessoas com deficiência;----------
Considerando que os semáforos são pouco acessíveis às pessoas com baixa visão quando têm pouca luminosidade nos indicadores e ainda menos acessíveis para os invisuais; ----------
Considerando que pretendemos uma freguesia inclusiva, de todos e para todos e que não exclua os seus fregueses com qualquer tipo de deficiência;----------
Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de Arroios, na sessão ordinária reunida a 28 de Junho de 2018, propõem que esta Assembleia delibere, nos termos do disposto da alínea k) do n.º 2 do artigo 9º da lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na redacção em vigor, recomendar à Junta de Freguesia. ----------
---- i) O levantamento, por parte dos serviços de Espaço Público da Junta de Freguesia de Arroios, dos obstáculos pedonais existentes na Freguesia;----------
----- ii) Que após o levantamento dos obstáculos pedonais existentes na Freguesia, encete medidas concretas para solucionar os mesmos;----------
----- iii) Que execute junto da Câmara Municipal de Lisboa todas as diligências necessárias com vista à incorporação de sinais sonoros nos semáforos da Freguesia de Arroios em Lisboa;----------
Lisboa, 28 de junho de 2018 ----------

PROCESSADO POR COMPUTADOR

---------- *Os eleitos do CDS-PP – Frederico Sapage Pereira e Vitor Teles.* ----------

Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP) felicitou os 27 funcionários que no mês de junho passaram de trabalhadores precários a trabalhadores efetivos da Junta de Freguesia. Estavam de parabéns e era devida essa nota. ----------
Apresentou o seguinte documento:----------

---------- **Recomendação** ----------

"Considerando que: ----------
1) Bebiana Guerreiro Rocha Cardinalli, nasceu na cidade de Lisboa a 13 de Novembro de 1936, mas entrou no coração dos Lisboetas com o nome de Anita Guerreiro; ----------
2) Aos 7 anos de idade já dava nas vistas cantando entre familiares e amigos na Colectividade Sport Clube do Intendente, situada no Bairro onde cresceu; ----------
3) Em Dezembro de 1952 concorre ao "Tribunal da Canção", concurso radiofónico de grande sucesso na época, e foi tal o impacto da sua voz, que o produtor do programa Marques Vidal a retirou do concurso e fê-la estrear no Café Luso com o nome de Anita Guerreiro; ----------
4) Em 1955 Anita Guerreiro estreia-se no palco do Teatro Maria Vitória em diversas revistas de estrondoso êxito; ----------
5) No histórico Parque Mayer, Anita Guerreiro funda e dirige a casa típica Adega da Anita, por onde passam grandes figuras do circuito fadista. Mais tarde encerra o espaço e parte com o marido para Angola, por onde se mantêm cerca de 3 anos. Após o seu regresso a Lisboa integra o elenco do Teatro Capitólio, no teatro de revista, dando início a um dos pontos mais altos da sua carreira;----------
6) Anita Guerreiro popularizou na sua voz vários êxitos, dos quais destacamos o fado-canção "Cheira a Lisboa" (Carlos Dias/César Oliveira) que em 1969 estreou na revista "Peço a Palavra", no Teatro Variedades. Estas interpretações, em tempos áureos do Parque Mayer, conduziram-na ao Prémio Estevão Amarante para Melhor Artista de Revista (1970); -----
7) Apesar de todo o êxito que obteve na sua carreira artística, nomeadamente, no teatro de revista, Anita Guerreiro teve necessidade de se afastar durante um longo período de tempo, tendo regressado em 1982 ao Teatro Variedades, na revista "Há...mas são verdes".----------
8) Anita Guerreiro volta à interpretação, desta vez com grande destaque para a televisão, onde participou nos elencos de algumas telenovelas e séries portuguesas, destaque para "Primeiro Amor", (1995), "Roseira Brava" (1996), "Uma Casa em Fanicos" (1998), "A Loja do Camilo" (1999), "Nunca Digas Adeus" (2001), "Os batanetes" (2004), e mais recentemente "Sentimentos" (2009). Pelo meio, regressa ao cinema em 1997, para um papel no filme "Morte Macaca" de Jeanne Waltz.-
9) Num tributo à carreira de Anita Guerreiro, a Movieplay lança em 1994 um CD, integrado na colecção "O Melhor dos Melhores", com alguns dos seus maiores êxitos; ----------
10) A cidade a que Anita Guerreiro tantas vezes presta homenagem, retribuiu o devido reconhecimento, e em Outubro de 2001, o Município de Lisboa, entrega-lhe o Pelourinho de Prata da Cidade; ----------
11) A par desta popularidade, Anita Guerreiro é também convidada para madrinha de várias marchas populares de Lisboa, nomeadamente, da "Marcha dos Mercados". ----------
12) A 17 de Fevereiro de 2004 realiza-se no Teatro Municipal de São Luiz um tributo à voz emblemática da cidade de Lisboa, num espectáculo comemorativo dos 50 anos de carreira da fadista e que antecedeu a homenagem que, em Novembro de 2004, a Câmara Municipal de Lisboa atribui à fadista, com a entrega da Medalha Municipal de Mérito, Grau de Ouro. -------
13) Entre os aplausos que presentemente continuam a soar na casa de Fados Faia, e da qual Anita Guerreiro integra o elenco, as homenagens sucedem-se como a que ocorreu em Outubro de 2006 pela então Junta de Freguesia dos Anjos e a homenagem que em Março de 2018 lhe é feita pela Federação das Colectividades no Mercado de Culturas; ----------
Por tudo isto, e porque é em vida que devem ser prestadas as homenagens a quem mais se distinguiu, o CDS-PP, na sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Arroios reunida a 28 de Junho de 2018, propõe recomendar à Junta de Freguesia, nos termos do disposto da alínea k) do n.º 2 do artigo 9º da lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na redacção em vigor: ----------
A atribuição do nome de Anita Guerreiro a espaço cultural de referência na Freguesia de Arroios em Lisboa e que vier a ser designado pelo Executivo, e a colocação de placa no imóvel onde nasceu a Artista, sito na Rua Nova de Desterro em Lisboa.
Lisboa, 28 de junho de 2018 ----------

---------- *Os eleitos do CDS-PP – Frederico Sapage Pereira e Vitor Teles.*----------

Continuando, disse que assim se faria justiça e a devida homenagem a quem fora pedido para contar uma história de vida e dissera: "Sou apenas uma miúda do Intendente."----------
Apresentou o seguinte documento: ----------

---------- **Recomendação** ----------

"Inclusão do Largo da Estefânia e Rua Pascoal de Melo nas iluminações de Natal da Freguesia de Arroios. ----------

PROCESSADO POR COMPUTADOR

Considerando a importância do Largo da Estefânia e da Rua Pascoal de Melo como centros de comércio local, os quais têm vindo a assumir uma importância cada vez maior na população residente ou na população que à Freguesia de Arroios que se desloca diariamente por motivos profissionais ou de lazer; ----------
Considerando que o Largo da Estefânia e a Rua Pascoal de Melo apresentam actualmente um movimento comercial e de lazer que se julga digno de incentivar;----------
Considerando as reivindicações de todos os comerciantes que no Largo da Estefânia e na Rua Pascoal de Melo desenvolvem as suas actividades comerciais, no sentido de dar maior visibilidade a este centro de comércio local único em Lisboa com incremento de iniciativas que lhes confiram maior atractividade;----------
Considerando finalmente, que no Largo da Estefânia e na Rua Pascoal de Melo se situam alguns ícones do património cultural português de relevo, tais como, a casa onde viveu Fernando Pessoa no n.º 119 da Rua Pascoal de Melo, e não menos importante, a Fonte do Neptuno no Largo da Estefânia, da autoria do escultor Joaquim Machado de Castro inaugurada em 1771;----------
Considerando que pretendemos uma freguesia inclusiva, acarinhando o comércio local de importância tão vital para a Freguesia de Arroios; ----------
Deste modo, os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de Arroios, na sessão ordinária reunida a 28 de Junho de 2018, propõem que esta Assembleia delibere, nos termos do disposto da alínea k) do n.º 2 do artigo 9º da lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na redacção em vigor, recomendar à Junta de Freguesia:----------
A inclusão do Largo da Estefânia e da Rua Pascoal de Melo nas iluminações do Natal de 2018 e nos anos seguintes da Freguesia de Arroios. ----------
Lisboa, 28 de junho de 2018 ----------
---------- *Os eleitos do CDS-PP – Frederico Sapage Pereira e Vitor Teles.*----------
---

Membro Ana Mirra (PCP) disse que iria poupar nas moções, que normalmente achava não ser de importância para a Freguesia, mas antes que os membros do público tivessem que sair e apesar de serem assuntos que iriam tratar nos outros pontos, algumas coisas teriam que ser ditas.----------
Começando pelo que ouvira, realmente queria felicitar todos os trabalhadores precários que foram integrados e todas as pessoas empenhadas na sua integração.----------
Era engraçado falar no Clube Sport Intendente, que ia encerrar por causa do problema das rendas.----------
Disse que realmente não existia polícia e o problema era esse. Não era da competência da Junta mas mais à frente iriam ver que aconteceram conversas com agentes da polícia. Sabia que a Senhora Presidente da Junta tinha feito um esforço para pedir que houvesse policiamento, que pelo menos passasse a patrulha no Campo Mártires da Pátria, mas realmente não existia polícia.----------
Já estariam a Junta e a Câmara informadas que no circuito de manutenção era vandalismo e não havia policiamento, não havia ninguém. Os funcionários, coitados, tinham limitação e inclusivamente não estavam protegidos. Já tinha havido confrontos entre os utentes do parque dos cães e os utentes das mesas de pic-nic, chamava-se a polícia duas vezes consecutivas e a polícia não aparecia. Enquanto não houvesse mortos ali a polícia não aparecia.----------
Já se sabia não haver efetivos para a Pena, esse problema continuava a existir e por mais que se rissem quando se falava dos animais, era graças aos cães e ao parque que a Senhora Presidente da Junta construíra e se as pessoas tinham votado era na Senhora Presidente da Junta, não era no Executivo novo. Sabia que era estranho mas estava a elogiá-la, se existia alguma segurança era porque existiam pessoas com cães a ir ao Campo Mártires da Pátria.----------
Mesmo identificando-se como eleita da Freguesia a polícia não ia. Enquanto não lhe dessem uma facada ou qualquer coisa a polícia não ia. Não tinham polícia, não tinham segurança na Freguesia, ou pelo menos em determinados pólos. Via-se a polícia a trabalhar para a EMEL, ia rebocar, estava tudo invertido.----------
Em relação à higiene, não era só pelas pessoas que infelizmente dormiam na rua. Felicitava que se prolongasse o horário dos balneários mas tinham o problema dos trabalhadores dos táxis, que também urinavam. Já não seria na Freguesia, mas a parede do Hospital dos Capuchos era uma coisa incrível.----------
Disse que devia ter muito azar porque vivia numa calçada em que retiraram os contentores, alegando que o carro do lixo não passava para recolher os contentores grandes. Finalmente colocaram-se pilaretes, as pessoas não estacionavam tão mal e os carros do lixo diferenciado já passavam. Pediram-se contentores que continuavam a negar e eram obrigados a colocar o lixo em sacos diferenciados.----------
A Dona Margarida Santos já a tentara ajudar, tinha feito diligências em relação à Câmara para repor os sacos do lixo, mas estavam com mais de um mês sem sacos do lixo. Eram obrigados a colocar o lixo na rua estilo Idade Média, não tinham contentores, mas a própria Câmara não entregava os sacos que obrigava a colocar na rua.----------
Já escrevera para "A Minha Rua" e para a Câmara, que tinham o contacto.----------

Membro Ana Filipe (BE) começou por apresentar uma concordância de todos os que viviam ali e que era de algum desagrado com o nível de higiene urbana nas ruas, apesar de compreender a justificação do Executivo. Era uma queixa que todos tinham, as ruas encontravam-se muito sujas e era preciso tomar uma atitude perante isso.----------
Apresentou o seguinte requerimento:----------
----------**Requerimento** ----------
"Tendo em conta que vivemos hoje na Cidade de Lisboa um grande problema de acesso à habitação e que a Câmara Municipal de Lisboa delegou também nas Juntas de Freguesia o apoio às candidaturas e ao concurso extraordinário de atribuição de casa, vimos pedir os seguintes esclarecimentos:----------
Quantas pessoas ou famílias se dirigiram à Junta de Freguesia de Arroios a relatar problemas de acesso à habitação ou necessidade de apoio para resolver os seus problemas de habitação;----------
Que medidas concretas tem o Executivo da Junta tomado para auxiliar os fregueses com estes problemas e estas dificuldades;----------
Tem o Executivo conhecimento de alguma calendarização prevista para a atribuição de fogos municipais na nossa Freguesia? ----------
Vai o Executivo interpelar a Câmara sobre a urgência de incluir a Freguesia de Arroios no Programa "Habitar o Centro Histórico" ou um programa equivalente em sede de Assembleia Municipal onde tem lugar por inerência?"----------
Membro António Morgado (PAN), dirigindo-se à freguesa Cristina Castro e para além do que a Senhora Presidente já tinha falado, disse que também o anterior Executivo fizera o parque canino, um investimento da Junta. Também o programa "Mais" incluía licenças gratuitas para todos os fregueses.----------
Referiu que tinha sido aprovada pela Assembleia a constituição de uma comissão permanente de apoio ao bem-estar animal, que tinha algumas reuniões com a participação de todos os partidos, à exceção do PSD que ainda não tinha estado presente. Essa comissão estava a preparar um documento, fazer o levantamento dos problemas. Estava também a tentar fazer e em princípio seria executado um dia especial na Freguesia, em setembro, onde se convidariam todos os organismos de Lisboa de apoio aos animais para mostrarem o seu trabalho e com dois objetivos: sensibilizar a população para essa temática e perceber os problemas das pessoas com animais.----------
Disse que seria ótimo ficar com o contacto da freguesa Cristina Castro, para trocarem opiniões e falarem sobre esse assunto. Sobre a questão do estacionamento, era para o PAN uma questão muito sensível. O estacionamento era um problema muito grave mas tinham que pensar em alternativas. O essencial era promover transportes públicos eficientes que pudessem retirar o excesso de viaturas das cidades. Com certeza haveria muitas soluções mas era nessa que deviam apostar.---------
Membro José Cal Gonçalves (PSD) disse que tinha pedido a palavra para três efeitos distintos: para um protesto; para efeito de um louvor e saudação; para um pedido de esclarecimento.----------
Era a primeira reunião que decorria desde a última Assembleia, onde tinha havido um pequeno incidente de não ter podido concluir a intervenção. Não pretendia levar para a presente Assembleia qualquer problema da anterior, mas tão só deixar dois reparos em sede de protesto.----------
A afirmação, já na ausência do PSD, de quem presidia aos trabalhos da Assembleia de que tinham utilizado trinta minutos para não dizer nada parecia extravasar aquilo que era a cordialidade democrática. Tinham acatado de imediato a deliberação da Senhora Presidente e respeitaram essa deliberação, retiraram da sala.----------
Disse que esse incidente não tinha qualquer toque ou reparo em geral à direção dos trabalhos da Assembleia por parte da Senhora Presidente.----------
Ainda no âmbito do protesto aproveitava para dizer que a posição do PSD se mantinha como desde o primeiro dia, de total abertura e disponibilidade para colaborar com todas as forças representadas na Assembleia e os respetivos eleitos, bem como com a Junta de Freguesia e todos os seus Membros eleitos. O PSD mantinha a total disponibilidade e davam a mão para que essa abertura pudesse ter consequência.----------
Isso levava imediatamente à questão do louvor e da saudação, desde logo em dois aspetos em relação ao Executivo: ------
Primeiro, tendo levantado algumas dúvidas quanto à forma como o inventário tinha sido apresentado, cumprimentar o Executivo por entretanto ter feito chegar o inventário corrigido, permitindo saber do que estavam a falar quando olhavam para o inventário apresentado na última sessão e que não era possível percecionar. Também o CDS-PP na altura tinha pedido esse esclarecimento. ----------
O segundo aspeto era também de saudação e louvor ao Executivo. Para os que achavam que o PSD nunca levantava problemas com soluções, esse era um caso em que o Executivo reconhecia ter sido levantado um problema com solução, nomeadamente em relação aos sanitários e aos balneários. Disseram que o horário era curto e a proposta era simples, era aumentar o horário. Nessa matéria saudava também a posição do Executivo.----------
O terceiro aspeto era um pedido de esclarecimento em relação à proposta de emissão do cartão de identificação de autarca da Freguesia. Não se percecionava o enquadramento legal e gostaria de ser esclarecido.----------
A Senhora Presidente da Assembleia referiu que a justificação estava expressa na recomendação.----------

"Nos termos do disposto na alínea i) do artigo 5º da Lei 29/87 de 30-06, alterada pela Lei 97/98 de 15-12, Lei 1/91 de 10/01, Lei11/91 de 17-05, Lei 11/96 de 18-04, Lei 127/97 de 11-12, Lei 50/99 de 24-06, Lei 86/2001 de 10-08, Lei 22/2004 de 17-06, Lei 52-A/2005 de 10-10 e Lei 53-F/2006 de 29-12, e que rege os Estatutos dos Eleitos Locais, estes têm direito a possuir um cartão especial de identificação". ----------

Era a fundamentação jurídica que surgia na recomendação. A fundamentação sem ser jurídica era porque achavam ser mais fácil dirigirem-se aos fregueses tendo uma identificação.----------

Membro José Cal Gonçalves (PSD) perguntou aos proponentes, sendo uma situação que estava prevista na Lei a emissão do cartão, bastando tão só e apenas dirigir-se ao Executivo da Junta de Freguesia, entregando a fotografia e pedindo a emissão, sendo que tratando-se de Membro da Assembleia de Freguesia o documento seria emitido pela Assembleia Municipal de Lisboa e assinado pela respetiva Presidente. Se já tinham feito esse pedido e se lhes fora recusado, para ir à Assembleia de Freguesia justificar essa recomendação, porque decorria da Lei. Era só pedir a emissão e era emitida pelo órgão próprio, que era a Assembleia Municipal.----------

Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP) disse que o PSD continuava a ser uma solução para o problema.----------

Independentemente da questão legal, que pelos vistos não sofria qualquer tipo de reparo, mas o CDS estava disponível para discutir o estatuto dos eleitos locais. Era uma medida que devia fazer sentido, uma vez que até pela Membro Ana Mirra tinha sido reconhecida essa necessidade. Parecia ser transversal a todos os partidos ficar estabelecido que tinham direito ao cartão do autarca, como deliberação para todos. O Membro José Cal Gonçalves não achava e respeitava a sua posição, mas era importante que isso ficasse deliberado na Assembleia.----------

O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas, disse que agradecia os louvores. Quanto ao protesto, havia momentos em que tinham de concordar e discordar para depois concordar em concordar. De facto não podia acompanhar todas as considerações que foram feitas relativamente ao protesto, aliás a ata transcrevia de forma fidedigna tudo o que se passara. O mais importante, até porque era por isso que as pessoas os elegiam, os que tinham funções no Executivo e os que tinham funções na Assembleia, o mais importante era que pudessem trabalhar em prol daquilo que eram as preocupações das pessoas.----------

Registava a postura positiva do PSD, que era recíproca por parte do Executivo e que acompanharia todo o espírito positivo no sentido de poderem trabalhar em conjunto, não só com o PSD como com todos os eleitos da Assembleia de Freguesia para encontrar as melhores soluções.----------

Sobre as recomendações colocadas pelo CDS, genericamente todas elas mereciam simpatia e concordância mas em duas tinha algumas dúvidas na componente deliberativa. ----------

Quanto à questão dos obstáculos e semáforos, o Executivo acompanhava completamente e estava disponível para fazer esse levantamento. Sobre essa matéria nenhuma dúvida. Relativamente ao ponto 2, a Junta de Freguesia podia e devia comprometer-se a tudo fazer junto das entidades competentes, nomeadamente a Câmara, para que as medidas fossem implementadas, mas a Junta de Freguesia por si própria não tinha capacidade.----------

Relativamente à iluminação de Natal, acompanhava a proposta nesse sentido, sendo que não tinham competência nem meios para o fazer, sem prejuízo de tudo fazerem para que pudesse ser realizado.----------

A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação "Cartão de Autarca"**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS (9), CDS-PP (2), BE (1) e PAN (1) e abstenções de PSD (3, com declaração de voto) e PCP (2).----------

Submeteu à votação a **Recomendação "Levantamento de obstáculos pedonais e sinais dos semáforos com aviso sonoro"**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**, com declaração de voto do PS.----------

Submeteu à votação a **Recomendação sobre Anita Guerreiro,** apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade.**----------

Submeteu à votação a **Recomendação "Inclusão do Largo da Estefânia e Rua Pascoal de Melo nas iluminações de Natal da Freguesia de Arroios,** apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade.**--

Membro José Cal Gonçalves (PSD) fez a seguinte declaração de voto:----------

"Em relação à proposta de emissão do cartão, justamente por causa da celeridade dos trabalhos que tem sido defendida por vários partidos, incluindo o partido que fez essa proposta, se começássemos aqui a votar recomendações para aplicação de todas as Leis que estão em vigor não sairíamos mais daqui.----------

Essa decorre da Lei, a emissão do cartão é efetivamente um direito de todos os autarcas, basta requerê-lo e será emitido.-

Abstivemos por essa razão, porque não víamos fundamento para a votação." ----------

Membro Frederico Sapage Pereira (CDS-PP) perguntou aos eleitos quantos sabiam existir essa possibilidade de terem um cartão de autarca. Era essa a pergunta que fazia.----------

Dirigindo-se ao Membro José Cal Gonçalves, disse que obviamente o CDS conhecia a Lei, tinha bons juristas. Não faziam um tutti-frutti de Leis e confusão de Leis, mas achava por bem dar conhecimento aos colegas eleitos de que existia essa possibilidade. Era um serviço público e uma ajuda para os colegas eleitos na Assembleia de Freguesia.----------

Bancada do PS apresentou posteriormente a seguinte declaração de voto por escrito:----------
"Os eleitos da bancada do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Arroios, embora votando a favor da recomendação apresentada pelos eleitos do CDS-PP na sessão da Assembleia de Freguesia realizada dia 28 de junho de 2018 sobre sinalização sonora e acessibilidades, apresentam esta declaração de voto para deixar claro que as ações concretas que decorrem desta recomendação a fazer chegar à Câmara Municipal de Lisboa (CML), e que são da sua estrita competência, não poderão nem deverão ser imputadas à Junta de Freguesia de Arroios.----------
Lisboa, 28 de junho de 2018" ----------
----------*Pelos representantes do PS - Maria José de Matos* ----------
Membro José Cal Gonçalves (PSD), no uso da palavra para defesa da honra, disse que não iria fazer nenhum comentário relativamente a reparos laterais, que bem os entendera, mas apenas dizer e manter que se votassem ali todas as normas legais em vigor que todos desconheciam, então não sairiam dali. Bastava tão só e apenas uma mera declaração dizendo que havia a possibilidade de emitir e não uma recomendação para ser votada.----------
Imaginassem que a votação era contra, até parecia que já não tinha de se cumprir a Lei. Era o que decorria dessa votação.-
----
Ponto 3 – Leitura, discussão e votação das atas nº 05 e nº 06, das sessões anteriores; ----------
Membro Fernanda Lacerda (PCP) começou por cumprimentar os presentes e em especial os funcionários da Freguesia, a quem agradecia todo o trabalho que tinham sempre para fazer com que a Assembleia funcionasse e não só, antes disso todo o trabalho que tinham, nomeadamente com a cedência de fotocópias pedidas pelos eleitos.----------
Queria só acrescentar algo com muita satisfação, seguindo as palavras da sua camarada Ana Mirra, ficava muito satisfeita que a Senhora Presidente Margarida Martins tivesse feito na presente sessão o seu papel de Presidente, que era aquele que estavam habituados durante quatro anos e que durante um tempo, por diversos fatores e motivos, não estava a fazer. Era algo que dava muita satisfação, vê-la voltar.----------
Quisessem ou não, tinham que perceber que a população nesse mandato tinha votado na Presidente Margarida Martins e era muito importante as pessoas terem isso presente.----------
Quanto às atas, sabia que a Lei definia que a documentação devia ser entregue com 48 horas, mas na realidade era extremamente complicado para quem quisesse ler e analisar os documentos terem unicamente 48 horas. Reforçava que os colaboradores da Junta eram extraordinários, mas na segunda-feira às 18 horas estava a correr para a Junta para ir buscar a documentação, porque estava toda ao seu dispor, mas era muito difícil ler todo esse papel e incluindo duas atas com cerca de 70 ou 80 páginas.----------
Tinha lido e era natural que alguma coisa tivesse passado nessas páginas todas. O que pedia era que fosse possível a cedência de toda a documentação com uma antecedência maior, por forma a poder ter mais tempo para analisar. Havia documentação que podia ser com mais tempo e as próprias atas podiam ser cedidas algum tempo antes, dando mais tempo para que fossem lidas.----------
Deixava esse pedido, porque se queriam que as pessoas lessem a documentação, que a analisassem para ser discutida, tinham que dar tempo. No seu caso estava reformada mas tinha outras atividades, a maioria das pessoas que ali estavam trabalhavam durante o dia e tinham que ir para casa ler atas durante toda a noite.----------
Tinha uma introdução para a ata nº 5, de 23 de abril. Por considerar importante, havia que incluir na página 111, a seguir ao quinto parágrafo, informação dada pela Senhora Presidente da Assembleia sobre a carta de renúncia da Margarida Santos ter entrado com data de 30 de janeiro, a pergunta feita por si não estava na ata e era importante estar. Tinha perguntado: "E as horas?", porque a Margarida Santos tinha estado presente na Assembleia de Freguesia extraordinária e votara o regulamento da organização dos serviços.----------
Isso podia parecer não ter importância, mas para si considerava que sim, tendo em atenção as datas. Mais à frente, na página 113, o Membro José Cal Gonçalves fazia referência à confusão, porque uns diziam que a Assembleia tinha sido no dia 30 e outros diziam no dia 29. Gerara-se ali uma confusão que tinha a ver com a data da carta.----------
O que solicitava era que a ata incluísse essa sua pergunta. Se assim fosse decidido o PCP votaria a favor.----------
A Senhora Presidente da Assembleia disse que essas observações seriam tomadas em consideração, em relação ao envio da documentação, nos casos em que era possível, porque noutros era difícil enviar antes.----------
Em relação à ata nº 5, isso não constava da ata porque as reuniões eram gravadas e depois transcritas e só ficava gravado aquilo que era falado no microfone. De qualquer forma, não havia qualquer problema em incluir a observação, até porque o estatuto de incompatibilidades na política terminava no Presidente da Câmara.----------
Solicitou que a Membro Fernanda Lacerda enviasse o texto.----------
Membro Ana Mirra (PCP) referiu que, na página 113 da ata nº 5, tinha ficado com a ideia que o BE se abstivera na Moção "Apoiar os moradores da Fidelidade Seguros".----------
A Senhora Presidente da Assembleia disse que não havia qualquer problema em emendar. Se o BE achava que se abstivera, eram as melhores pessoas para saber o seu sentido de voto.----------

Membro José Cal Gonçalves (PSD) referiu que, segundo o Código do Procedimento Administrativo, quem não estivera presente na Assembleia não era considerado.----------
Assinalou que os Membros do PSD presentes na atual reunião não tinham estado em nenhuma das duas sessões e no seu caso votaria a ata nº 6 até ao momento em que estivera presente, excecionando a parte em que não estava, como decorria da Lei.----------
A Senhora Presidente da Junta agradeceu as palavras do PCP, mas havia alturas da vida que eram difíceis e passara por alguns problemas de saúde. Devia aos colegas do Executivo o apoio que deram durante esses meses. Atualmente estava melhor de saúde e estava ali para lutar durante o mandato.----------
Agradeceu também aos Membros da Assembleia o apoio que davam, na pessoa da Doutora Anabela Valente, incluindo as pessoas dos outros partidos. ----------
A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 05**, com as correções assinaladas, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. ----------
Continuando, disse que queria esclarecer uma coisa dita pelo Membro José Cal Gonçalves e que não era verdade. Não tinha dito que estivesse a falar meia hora para nada. O que tinha dito e estava na ata era que toda a gente tinha todo o tempo do mundo para discutir os assuntos mas meia hora a falar do direito da oposição era demasiado. ----------
Em lado nenhum estava escrito que estivessem a falar para nada. ----------
Membro José Cal Gonçalves (PSD) disse que não queria com isso estar a escalpelizar mais essa matéria, que era do passado, mas passava a ler a páginas 156:----------
"A Senhora Presidente da Assembleia disse que a tolerância tinha limites e não podiam exceder esses limites. Meia hora a falar de um assunto e não dizer nada era muito tempo." ----------
A Senhora Presidente da Assembleia disse que o Membro José Cal Gonçalves sabia perfeitamente não ser esse o sentido que queria dar.----------
Submeteu à votação a **Ata nº 06**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.----------
---

Ponto 4 – Apreciação e aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal de 2018;----------
O Vogal do Executivo André Gomes disse que essa alteração tinha somente a ver com o lançamento de mais um concurso no âmbito dos precários. Tinha a ver com a análise que o Executivo fizera na Assembleia de Freguesia, que ia estudar o assunto para poder eventualmente dar entrada a mais elementos precários no quadro permanente da Junta.----------
No início supunha-se que chegassem as vagas, mas depois de contadas ao pormenor pelos recursos humanos da Junta verificara-se que era necessária a aprovação na Assembleia de Freguesia. Era apenas o lançamento de mais 10 lugares. Lançara-se o concurso, após reuniões com a comissão de acompanhamento da Assembleia de Freguesia o Executivo decidira criar mais essas vagas. Uma era para apoio aos órgãos, oito para a higiene urbana e uma para o espaço público.
Membro Fernanda Lacerda (PCP) disse que a única alteração verificada era a introdução de mais três vagas na higiene urbana, passando o número total previsto de 129 para 132.----------
Na realidade, a comissão de acompanhamento para a integração dos trabalhadores com vínculo precário tinha feito um trabalho que pensavam ser muito positivo, comissão onde estava um elemento de cada partido.----------
Acreditava que os Membros do CDS estivessem extremamente satisfeitos pela integração dos trabalhadores com vínculo precário, mas lamentava que por motivos profissionais o Membro do CDS nunca estivesse presente em qualquer uma das reuniões, que foram cinco.----------
A verdade era que os restantes Membros fizeram um trabalho muito bom, um grupo coeso do qual se destacaram todos mas principalmente o Presidente que sempre estivera atento na questão do acompanhamento em todas as ações. Era um Membro do PS ao qual agradecia toda a colaboração.----------
No entanto, para os Membros do PCP, como relevaram diversas vezes nessa comissão e mais tarde numa reunião com o Executivo muito boa, disseram que a integração dos precários tinha sofrido de vários dissabores. Durante um período não tiveram os elementos necessários para poderem fazer o papel de acompanhamento dos trabalhos, depois mais tarde as coisas foram alteradas mas continuaram a dizer que havia problemas. Nomeadamente consideravam que o número de vagas abertas tinha sido poucas e que teriam de ser mais cerca de duas dezenas.----------
Era verdade que o Executivo abrira um concurso de mais 10 vagas, o qual ainda estava em andamento.----------
Nessa reunião também disseram que havia situações por regularizar, situações essas de que ainda não tinham *feed-back* sobre serem verificadas e regularizadas.----------
O PCP iria votar a favor do Mapa de Pessoal, mas continuava a considerar que ele não chegava. Tinham que ser abertas mais vagas, tinham que ser analisados mais casos, tinham que ser regularizadas situações de precariedade excluídas ou dispensadas e que por isso não faziam parte do quadro.----------

Membro Maria José de Matos (PS) disse que o grupo do PS iria votar a favor dessa alteração ao Mapa de Pessoal para 2018.----------
Aproveitava para lembrar que o processo de integração dos precários tinha corrido excecionalmente bem, o que os deixava como grupo político bastante confortáveis. Decorrera sem problemas, sem qualquer tipo de desconforto por parte da Junta e dos trabalhadores e, bastasse ou não, a questão da integração no funcionalismo público por parte de vários trabalhadores conseguira-se.----------
Isso não significava que a Junta não tivesse vontade de fazer mais, mas a Junta tinha os seus constrangimentos e não estavam ali só para fazer exigências, tinha que haver também critérios. O processo exigia prudência por parte do Executivo, que tinha um processo desses pela primeira vez, que estava a iniciar-se nesses procedimentos legais, mas também havia da parte dos trabalhadores muita paciência e muita compreensão porque tinham muito tempo a querer ver resolvidos os seus problemas de carreira.----------
Alegrava-se com o facto do condicionalismo anterior ao ajuste que antecedera a primeira fase de integração ter sido bastante pacífica. Os que não foram integrados era por razões bastante objetivas e que tinham a ver com eles próprios, com a mobilidade, até com o falecimento de um senhor muito querido da Junta. Dos três que aparentemente foram excluídos, um não se apresentara a concurso e dois a Junta decidira não repor na carreira.----------
Os 56 funcionários que já entraram ou estavam em vias de entrar, em que 28 já tomaram posse, se somavam mais 10, era um passo excecionalmente importante para a Junta e para a segurança dos trabalhadores. ----------
Pessoalmente assistira à tomada de posse do grupo de 28 e gostava de evidenciar o aspeto pedagógico desse momento. Tinha havido uma preocupação por parte do Executivo em elaborar um pequeno guia de direitos e deveres dos novos funcionários da administração pública, o que reputava de extremamente importante e muito educativo. Por um lado, fazia sentir aos funcionários integrados que eles eram parte de um conjunto mas que adquiriram um estatuto que lhes dava direitos e deveres, obrigavam-se a responsabilidades acrescidas. O ter-se marcado aquele momento com a entrega desse livrinho era um ato simbólico extremamente pedagógico. Certamente iria acontecer o mesmo no caso dos 38 funcionários que ainda estavam em processo concursal. ----------
Depois desse processo havia outro passo que tinham de seguir e que era o de investir bastante na formação desses funcionários, para que na verdade fossem eficientes, dedicados ao bem público e sobretudo capazes de criar uma cultura de serviço público que deixasse bem todos os fregueses e que todos se sentissem a funcionar com um Executivo à altura, com os funcionários a responder e com fregueses satisfeitos por pertencerem a essa comunidade.----------
Membro Damião de Castro (PSD) disse que o PSD se congratulava com esse processo. Acompanhavam já do mandato anterior e estavam felizes por ver que um primeiro grupo tinha entrado. O PSD estivera desde o primeiro momento representado no convite que a Senhora Presidente endereçara para a tomada de posse desse grupo.----------
Esperava que o concurso a decorrer fosse dentro da transparência e da necessária legalidade, para que o outro grupo chegasse também a bom porto e com um términus de forma a não provocar grandes perturbações.----------
Pegando nas palavras da sua antecessora, queria chamar à atenção que havia dois ou três casos por falha dos concorrentes ou porque a Junta fizera a sua opção, que também aí não houvesse falhas para que depois o assunto não encravasse nos tribunais. ----------
Membro Frederico Sapage Pereira (CDS-PP) disse que queria fazer um pequeno reparo porque quem não sentia não era filho de boa gente. Dirigindo-se à Membro Fernanda Lacerda disse que na sua pirâmide de maslow tinha uma prioridade, em que no topo estava a família, o trabalho e depois o resto, no caso a sua atividade política na Freguesia.----------
Achava de mau tom, depois de serem justificados os motivos de não ter comparecido, um deles a data do falecimento do seu pai. Não iria estar numa comissão de precários em detrimento dessa celebração. As outras quatro foram por motivos profissionais, em que não pudera estar presente mas tivera o cuidado de enviar e-mail a informar todos os presentes. Trabalhava com intervenção social e com certeza deviam saber que havia sempre emergências, alguém que precisava de comida ou de casa. Era um trabalho de 24 horas. Infelizmente não estava reformado.----------
Também podia fazer um ataque político à Membro Fernanda Lacerda, perguntar-lhe porque razão não tinha estado na comissão do espaço público. Justificara por ter que estar o neto e compreendia e concordava 100%, também tinha a sua pirâmide de maslow bem definida.----------
Não aceitava a tentativa de arremesso político por não ter estado presente. Aliás, lembrava à Assembleia de Freguesia que o CDS votara desde o início a aprovação da integração dos precários, não se abstiveram ou votaram contra. Por isso, dizia novamente, quem não sentia não era filho de boa gente.----------
Membro Ana Filipe (BE) começou por dizer que estava muito satisfeita com o processo de integração dos precários, 68 no final dos vários concursos. Ainda assim, gostaria que o Executivo explicasse a diferença de números que fora levantada pela comissão de acompanhamento e também pela Membro Fernanda Lacerda, para que as coisas ficassem mais claras.-
Relembrou que esse processo tinha começado bastante tempo antes, que tivera uma iniciativa legislativa também de cidadãos que levaram isso à Assembleia. Era um processo em que os partidos de esquerda com assento no Parlamento sempre acompanharam e apoiaram. Era um processo muito longo e não podiam esquecer isso, também por respeito aos

cidadãos que tiveram a iniciativa, que eram sempre de louvar as iniciativas cidadãs, uma das de maior dimensão que tiveram no País nos últimos anos.----------
Era um trabalho de anos que começava a ter nas várias entidades do Estado os seus frutos e era importante que ficasse registado, que isso não aparecia do ar, que era um processo político longo, onde as forças políticas estiveram representadas e tomaram as suas posições.----------
Membro Ana Mirra (PCP) disse que queria levantar novamente uma questão que na última Assembleia não fora respondida, se a Junta já tinha respondido à questão do sindicato sobre os trabalhadores Francisco Leandro Pereira Garcês e José Manuel Ferreira Coelho.----------
O Vogal do Executivo André Gomes disse que já tinham respondido aos sindicatos. Tinha assinado a resposta.----------
Membro Ana Mirra (PCP) disse que sabia perfeitamente o que eram emergências. Não fazia intervenção social mas trabalhava num local que infelizmente tinha muitas.----------
Respondendo a um aparte, disse que realmente as verdades custavam um bocadinho. Todos os dias via pessoas a chorar exatamente porque ficavam sem casas e achava incrível a "lata" de um Senhor que era de um partido que fizera a Lei dos Despejos ir ali dar lições sobre emergência de pessoas que ficavam sem casa, quando no seu trabalho via todos os dias pessoas a chorar graças a pessoas como esse Senhor.----------
Se calhar no partido dele ser reformado era mau, mas no PCP trabalhava-se muito.----------
Membro Fernanda Lacerda (PCP) começou por dizer que não tivera nenhuma informação, não tinha nenhum e-mail. Mesmo assim lamentava, porque não fora sua intenção.----------
Tinha falado várias vezes na comissão de acompanhamento e nunca fizera qualquer referência à ausência de qualquer Membro. Era a primeira vez e por uma única razão, porque foram cinco reuniões.----------
O CDS ia sempre para ali enaltecer a entrada dos precários, mas na realidade tiveram um trabalho muito grande e gostariam que estivessem presentes. Todas as pessoas eram importantes e não era sua intenção levar para ali quem faltava ou não mas chegara a uma altura que era demais.----------
Quando se fazia referência à sua ausência em duas reuniões com o comércio local, em que só não tinha estado na última e enviara um email a pedir que lhe dessem informação sobre aquilo que se tinha passado. Até ao momento não tinha essa informação.----------
Lamentava que falassem em duas reuniões, em comparação com cinco. Não podia estar em todas, até porque havia outras comissões e outros assuntos. Adorava ter 25 ou 30 anos, mas não tinha.----------
O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas, disse que valia a pena realçar mais uma vez o trabalho de todos nessa matéria e o apoio que deram. O apoio podia nem sempre ser concordante, era levantando questões, era pressionando, isso era perfeitamente normal. ----------
O Executivo tinha trabalhado muito para que isso acontecesse e não queria desvalorizar o trabalho de todos mas se alguém tinha trabalhado com afinco, porque colocara no Plano de Atividades, porque fora das primeiras Juntas a abrir o processo, era o Executivo. Por duas razões, por uma razão de respeito pelas expetativas das pessoas e por saberem a instabilidade que provocava numa organização esse tipo de processos.----------
A celeridade, de acordo com a Lei, era um ativo importante nesse tipo de processos, porque as pessoas não podiam estar meses numa situação de indefinição e de receio em relação à sua vida.----------
Não recebiam lições de humanidade sobre aquilo que era a postura perante nenhum funcionário da Junta de Freguesia. A Senhora Presidente da Junta conhecia todos pelo nome, conhecia todas as suas vidas.----------
O Executivo tinha feito todos os esforços no sentido de que a integração fosse o mais universal possível, o mais transparente possível, o mais respeitador dos direitos dos trabalhadores.----------
A Membro Fernanda Lacerda tinha referido que vinte seria o número mais indicado para o novo concurso. A não ser que tivesse mais informação do que o Executivo ou que houvesse um fenómeno de multiplicação dos trabalhadores que lhes era desconhecido, teriam que inventar trabalhadores para abrir mais vinte vagas.----------
A questão colocada pela Membro Ana Filipe e que já fora colocada pelo PSD num requerimento a esse propósito, não iriam fugir a ela. A pior coisa que podia haver era ficar no mais ou menos, tinham que ir aos números em concreto, números esses que eram pessoas.----------
Perguntara o PSD num dos requerimentos, e ia nesse sentido a pergunta da Membro Ana Filipe, quantas pessoas desde o início do processo dos precários saíram da Junta de Freguesia e não foram integradas nesse processo.----------
Podia dizer que foram vinte, das quais: uma infelizmente por falecimento; quatro por iniciativa própria; nove por termo dos projetos em que estavam envolvidas, TV Arroios e CPCJ que fora transferida para Santo António; uma por mobilidade; duas por iniciativa da Junta, tendo essa iniciativa sido comunicada em novembro de 2017 e ainda antes desse processo ter sido iniciado, que o contrato não seria renovado, sendo que esses trabalhadores tiveram conhecimento que os concursos foram abertos e nenhum deles concorrera ou se opusera ao concurso.----------
Havia três prestadores de serviços que durante esse período sairam da Junta de Freguesia por iniciativa da Junta de Freguesia, dois por razões fortemente ponderosas que não podia explicitar muito mais mas que estariam relacionadas com

um processo na Procuradoria Geral da República. Não estava a fazer nenhum tipo de juízo sobre isso, mas era uma ação de gestão que entenderam tomar e, ainda assim, esses trabalhadores também não se opuseram aos concursos e tiveram hipótese de o fazer. Outro trabalhador não concorrera e podia tê-lo feito e a Junta entendera não continuar com a prestação de serviços.----------

Esses eram os números e relativamente a tudo isso a Junta de Freguesia assumia as suas responsabilidades. Mesmo que a Junta quisesse, e não estava a dizer que queria, intimar esses vinte a integrar os quadros da Junta de Freguesia, a Lei não permitia. Por exemplo quando se terminava o projeto TV Arroios a Lei era muito clara no seu artigo 5º relativamente à ilegibilidade das pessoas para poderem concorrer nesses processos. Isso até causava alguns problemas, porque em algumas situações gostariam de promover a reconversão, mas a Lei não o permitia e isso era um facto indesmentível e incontestável.----------

O concurso que se decidira abrir não podia ser totalmente surpresa porque em todas as Assembleias de Freguesia disseram que esse processo não estava encerrado, todos se lembrariam dessa posição do Executivo. A informação que chegava da comissão de precários, as posições que os diversos partidos foram tomando, a própria reunião que tiveram com a comissão de acompanhamento, considerando todos esses fatores entendera-se que era a melhor solução para a Junta de Freguesia e para os trabalhadores abrir essas dez vagas. Sendo juiz em causa própria, diria que esse processo tinha sido absolutamente transparente. ----------

Agradeceu a enorme colaboração dos trabalhadores que já eram dos quadros da Junta e que com poucos recursos fizeram tudo isso com recursos internos para que os outros pudessem entrar no âmbito desses concursos.----------

Fazendo um balanço, o processo era altamente positivo e devia ser valorizado pela Assembleia de Freguesia.----------

A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **alteração ao Mapa de Pessoal de 2018**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade.** ----------

---

Ponto 5 – Análise, discussão e votação do projeto de Regulamento do Orçamento Participativo da Junta de Freguesia de Arroios;----------

O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas, disse que o Executivo entendia retirar a proposta. Não porque o conteúdo fundamental da proposta merecesse alguma reserva, até porque tinha sido profundamente discutido e participado por todos, mas porque tendo revisitado o processo de lançamento desse regulamento entendera-se que um ou outro procedimento legal não fora inteiramente seguido. Para que no futuro não houvesse dúvidas sobre essa matéria, entendera-se retirar a proposta para do ponto de vista formal garantir a segurança jurídica do processo.----------

O Executivo comprometia-se levar o assunto de novo à próxima Assembleia de Freguesia, mantendo o texto. Se entretanto quisessem fazer chegar uma ou outra sugestão, com certeza que poderiam equacionar.----------

Membro Fernanda Lacerda (PCP) perguntou quais foram as razões que levaram à retirada da discussão do regulamento, se os problemas poderiam ser enunciados.----------

O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas, disse que um primeiro ponto resultava do facto de não se ter publicitado o procedimento e permitido que houvesse uma audiência de interessados. Não era uma matéria em que do ponto de vista jurídico houvesse consenso, mas ainda assim, por uma questão de prudência resolvera-se não avançar.----------

Por outro lado, como sempre disseram em relação a todos os regulamentos, as revisões dos regulamentos seriam submetidos a consulta pública. Esses procedimentos deviam ser feitos primeiro e depois sim levar à Assembleia de Freguesia para se pronunciar.----------

---

Ponto 6 – Apreciação da Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2, do art.º 9º, da Lei nº 75/2013;----------

A Senhora Presidente da Junta disse que era com grande alegria, enquanto Presidente da Junta, poder estar prestes a assistir à conclusão do processo de integração dos precários. Havia ali pessoas que a acompanharam ao longo do tempo e sabiam que ao chegar, quatro anos antes, uma das situações que mais lhe custara era ver pessoas com seis e sete anos a chegar das outras Freguesias e que não se podiam integrar. A Lei era mesmo um ato de justiça, integrando muitos daqueles que davam o seu esforço no atendimento aos fregueses, no arranjo dos passeios, na higiene urbana, a manter a Freguesia o mais limpa possível. ----------

Foram realizadas 67 vagas, mais do que duplicando o quadro de pessoal da Junta de Freguesia.----------

Ao passarem as competências da Câmara para as Juntas de Freguesia não tinham passado o pessoal e muitas vezes tiveram que recorrer a situações, assim como por vezes não passaram as respetivas verbas.----------

Conseguira-se fazer isso com a "prata da casa". Não ia falar das outras Juntas, mas sabia haver muitas Juntas que ainda não integraram as pessoas, que havia muitos processos por fazer e algumas ainda estavam a iniciar. Arroios começara assim que a Lei saiu e queria agradecer porque esse processo estava concluído e mantendo o equilíbrio financeiro da Junta. Não poderiam nunca fazer essa integração sem manter o equilíbrio financeiro da Junta e devia isso aos seus colegas que estavam nessas áreas.----------

Agradeceu a todos os partidos da Assembleia, em particular os representados na comissão de acompanhamento, que através das suas propostas permitiram melhorar o processo em curso, aos colaboradores que conduziram com dedicação, competência e transparência esse exigente processo num curto espaço de tempo.----------
Havia muitas pessoas que trabalharam até durante as madrugadas para que isso estivesse em ordem. Para todos o seu muito obrigada.----------
O processo também exigia um grande esforço na área da formação dos recursos humanos e estavam a concluir um plano de formação após o diagnóstico das necessidades já efetuado. Estavam a concluir, em parceria com a CML, para concretizar esse plano de formação. Já tinham sido realizadas ações de formação por colaboradores internos na área da contratação pública e procedimentos de formação e instrução da despesa. ----------
Outra área muito importante que a acompanhava desde trinta anos atrás era a área social, uma área de que não abdicavam na Junta e com equipas diariamente a apoiar a população. Em todos os pólos havia uma equipa de acompanhamento duas vezes por semana. Tinham equipas também a nível do apoio aos sem-abrigo para acompanhar essa população mais vulnerável. Recebiam todos os dias situações muito difíceis para as pessoas que vivam na rua.----------
Era trabalhado com toda a gente, com a PSP, com a Polícia Municipal, com todas as entidades diariamente. Estavam com conversas quase diárias e acompanhava o processo com o Doutor António Bento do Hospital Júlio de Matos, de acompanhamento de pessoas com problemas de ordem psiquiátrica e outras.----------
Em relação ao Largo de Santa Bárbara, foram entregues as chaves à equipa do CASA, que estava a acompanhar ali as pessoas à noite. Também não entendia muitas vezes porque não abriam a porta mas iria tomar essa iniciativa. Fora uma deliberação do Executivo. No Largo de Santa Bárbara começava mais cedo, cerca das sete e meia da manhã, para que as pessoas pudessem dar as suas voltas.----------
Fazia-se pressão com a Câmara Municipal e com o Vereador Ricardo Robles para que, tendo a Câmara a Carris, que essas pessoas tivessem um passe social para se poderem deslocar em vez de ficarem retidas nos sítios.----------
Estavam a acompanhar a situação do Regueirão dos Anjos. Não era só lavar a rua, mas era também ter cuidado com as pessoas que estavam lá a viver. Não era fácil mudar a atitude das pessoas e sempre que iam fazer esse trabalho eram acompanhados pela Polícia Municipal para que não houvesse problemas com as pessoas. Também tinham que alertar os moradores para que não pusessem lixo a qualquer hora.----------
Iriam manter o apoio à república que tinham para quatro pessoas sem-abrigo. Havia sempre renovação e isso era trabalhado também com o Centro Paroquial de São Jorge de Arroios.----------
No cartão "Mais Arroios" tinha existido felizmente uma diminuição, devido à melhoria das condições de vida em geral, pelo menos das pessoas que os procuravam. Seria incrementada a divulgação desse instrumento para que as famílias com mais dificuldades pudessem ter acesso. Havia um folheto que era distribuído nas farmácias e em todos os pólos para que as pessoas soubessem o número direto da sua assistente social, além de haver um atendimento diário no Largo do Intendente. Apareciam muitas situações de emergência em famílias e havia logo o acompanhamento para as necessidades da população mais vulnerável.----------
Continuavam os pequenos arranjos com o projeto "Arroios Arranja" nas habitações de pessoas mais desfavorecidas. Mais que duplicaram os beneficiários após a divulgação do mesmo.----------
No quiosque da saúde, a quem davam apoio, existira também uma duplicação.----------
No envelhecimento ativo tinham imensas atividades e 529 utentes, o que correspondia a uma grande abrangência nos programas todos.----------
Havia que destacar o ritmo das obras da Escola Sampaio Garrido, que estaria operacional para receber a comunidade escolar no início do ano letivo. Defendia-se junto do Vereador Ricardo Robles a necessidade de contrução de uma nova escola para substituir a atual Escola Leão de Arroios. Também se solicitaram mais creches e estavam numa discussão permanente com o serviço da área social, que já ia do tempo do antigo Vereador.----------
Havia várias reuniões com o Vereador Ricardo Robles sobre o movimento associativo e o próprio Vereador, com as equipas, estava à procura de espaço na Freguesia para esse enquadramento de apoio às associações, para a comunidade LGBT e todas essas situações. Reuniões que também abrangiam a educação e a saúde.----------
Sobre a cultura, destacava os festejos do 25 de Abril, uma grande exposição de rua em parceria com a CGTP, e o ciclo de conferências sobre a escola pública. No presente ano haveria a homenagem a Maria de Lurdes Pintasilgo e também estavam nesse projeto, até com mais ideias do que propriamente as entidades oficiais tinham.----------
No desporto era de salientar o aumento dos utentes na utilização das infraestruturas, mais 57% do que no trimestre anterior. O protocolo realizado com a Academia Militar permitia que se tivessem realizado provas no âmbito das Olisipíadas e uma grande participação de crianças no âmbito do desporto escolar.----------
Também no âmbito da inclusão a Academia Militar abrira as portas a 62 jovens sírios durante um mês. Tinha sido muito importante demonstrar que a Freguesia tinha já um restaurante sírio, uma mercearia síria, que a Freguesia era empenhada e as pessoas viviam em inclusão. Ao fim de três semanas muitos desses jovens já falavam Português.----------

Disse que ao contrário do que entendia o Membro Frederico Sapage Pereira, que nas Avenidas Novas havia mais hotéis, não tinha. A Freguesia de Arroios sempre tivera mais espaços, pensões, hosteis, etc.. As habitações passaram a ganhar mais dinheiro, infelizmente até perdendo muitas das pessoas o direito a viver nas casas onde viviam, algumas que também não tinham as condições ideais para as pessoas viverem.----------
Estavam convencidos, pelas conversas com a CML, que haveria um reforço de meios para a higiene urbana. Tinham muitas pessoas a visitar diariamente.----------
A questão dos *tags* era uma competência da CML, a Junta já tinha pedido para assumir essas competências mas tinham que passar também as verbas. Por vezes tinham que pintar uma parede dez vezes até que as pessoas deixassem. Por vezes por cima de grafitis e doía muito quando se via trabalhos de artistas e depois apareciam *tags* por cima.----------
Queria agradecer às equipas de manutenção do espaço público. Foram lançados muitos procedimentos de empreitada para execução das restantes escadinhas previstas na delegação de competências em curso com a CML. Havia uma agenda fortíssima para os próximos três anos. Pedia-se muito porque sentiam que as equipas tinham capacidade, mas não sabiam se a Câmara iria aceitar.----------
Tinham sido lançadas empreitadas para a reconstrução de pavimentos no Jardim Braamcamp Freire, uma delegação de competências do ano anterior. ----------
Estavam em negociações para a melhoria dos passeios, passadeiras, mais árvores na Freguesia, novo mobiliário, acessibilidade e melhor segurança nas escolas da Freguesia, investimento em novos equipamentos afetos à higiene urbana. Apelava a todos que se pudessem juntar no processo participativo associado à lindíssima Rua Regueirão dos Anjos. Pretendia-se o desenvolvimento de todos os que viviam, trabalhavam, tinham os seus negócios. Era um grupo muito grande de pessoas e com grande envolvimento.----------
Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP) referiu que no ponto 2 da informação, tinham "Arroios de Cultura e de Culturas", nas parcerias tinham "Arraial – Intendente, Largo do Intendente, Sou Largo CRL". Aí teria que fazer a primeira crítica, mas com certeza com alguma solução, ao Executivo.----------
Por opção própria, na noite de 12 de junho, decidira comemorar os festejos de Santo António no Largo do Intendente. Ficara até às três da manhã e em todo esse tempo não havia uma única casa-de-banho pública a funcionar no Largo do Intendente, não obstante estarem centenas de pessoas ali a comemorar o Santo António.----------
Pensava que esse "Sou Largo CRL" teria sido uma parceria, uma empresa que teria organizado o evento ali. Não obstante o esforço dos comerciantes que tinham as portas abertas, não era possível acorrer a todas as pessoas que queriam fazer as suas necessidades fisiológicas. Só restara àquelas centenas de pessoas fazer em pleno Largo do Intendente, encostados às paredes.----------
Deixava a sugestão para que num próximo evento ficasse o ónus para quem organizava colocar as instalações sanitárias públicas suficientes, de forma a não se permitir até gastar os meios que tinham na higiene urbana. Acreditava que depois de uma noite daquelas, com centenas de pessoas a urinarem para as paredes, precisavam de uma intervenção ao nível da higiene urbana excessiva.----------
Outra situação tinha a ver com o ponto 3 da informação, "Arroios de qualidade de vida". Ficava contente que o Executivo não desfocasse da ideia, que não obstante os vários grupos de trabalho junto da Câmara quanto à questão do Regueirão dos Anjos, até se decidir, até se estudar e se chegar a alguma conclusão, era importantíssimo olhar para aquela zona ao nível da higiene e da qualidade humana que ali se vivia. Não só os sem-abrigo, mas também de alguns moradores e alguns comerciantes. Não obstante os inúmeros grupos de trabalho e imensa vontade para fazer naquela zona um projeto especial, que até chegarem as conclusões não abandonassem, ou pelo menos dessem um olhar muito cuidado àquela zona.---------
Quanto aos espaços verdes, uma questão que lhe era cara, na informação não havia uma palavra sobre a requalificação dos caminhos pedonais internos do Jardim Cesário Verde, nem uma palavra quanto à recuperação do chafariz do Largo do Mastro. A Senhora Presidente da Junta acabara de enfatizar que já se encontrava em fase procedimental a requalificação da zona do Jardim Braamcamp Freire, mas apenas dizia encontrar-se em fase procedimental de contratação.----------
Perguntou em que fase do procedimento já estavam, que propostas foram apresentadas, para quando se previa o início dos trabalhos de requalificação do espaço. Isso era importante saber.----------
Um último reparo era quanto ao ponto 6, "Informação financeira". No relatório constava que as receitas mais significativas eram a nível da rubrica 7, "vendas de bens e serviços", que eram serviços específicos da autarquia como por exemplo os mercados e as feiras. Tinham uma previsão, contas redondas, de 500 mil euros, uma receita cobrada de pouco mais de 200 mil euros e uma receita por cobrar de 315 mil euros. Gostaria de obter alguma explicação por parte do Executivo. ----------
Essa rubrica seria das taxas e licenças cobradas nos mercados. Dizia-se que "no que respeita à taxa de boa cobrança dos comerciantes com pagamentos em atraso, encontram-se por liquidar as suas obrigações de acordo com o plano de pagamentos". Perguntou de que valores se estava ali a falar. Era uma informação útil a toda a Assembleia.----------
Membro Fernanda Lacerda (PCP) agradeceu as palavras da Senhora Presidente. Havia muito tempo que não fazia essa explanação e as pessoas ali presentes ficaram a saber mais ou menos o conteúdo da informação.----------

Disse que em relação aos precários não punha em dúvida o esforço e empenhamento no processo de todo o Executivo. Sabia que era um processo muito moroso e de muito trabalho. O que punha em dúvida era talvez alguma forma e se calhar o seu conteúdo e por alguns números que ali foram ditos, que afinal chegavam às tais duas dezenas.----------

Não podiam esquecer que mesmo sendo antes, a verdade era que tinha havido dispensas de pessoas e outros casos que ainda estavam por regularizar. Sem contar com, infelizmente, a morte da pessoa e tirando outros casos de pessoas que sairam, se somassem a dispensa de nove da TV Arroios e mais dois por iniciativa da Junta, mais outros três, com os outros dava os vinte. Atualmente essas pessoas já não estariam presentes, mas quando se reportavam na altura era às pessoas todas que estavam em situação de precariedade na Junta de Freguesia.----------

Quando se dizia que tinha de haver critérios, claro que tinha de haver critérios e prudência, mas não podiam ser à custa dos trabalhadores e de todas aquelas pessoas que tanto trabalharam durante o tempo que lhes foi pedido.----------

Em relação à informação, realçava o trabalho e a intenção de melhorar a informação, mas mantendo algumas das críticas. Era muito papel, uma informação escassa sobre alguns assuntos tratados e o seu desenvolvimento. A parte gráfica era interessante mas faltavam os dados comparativos. No segundo trimestre tinham determinadas percentagens mas não tinham nada para poder comparar e nunca sabiam se estava a melhorar ou a piorar.----------

Nos recursos humanos, procedimento de integração dos trabalhadores com vínculo precário. Aí pedia desculpa mas não podiam ser só elogios, tinham que dizer alguma coisa de mal. Referia o documento na página 5:----------

"Fruto do trabalho desenvolvido pela comissão de acompanhamento do processo de integração dos precários, da Assembleia de Freguesia, e acolhidas as observações e recomendações que a mesma endereçou ao Executivo em sede de reunião, possibilitou a abertura de um novo procedimento concursal para mais dez trabalhadores"----------

Registava com agrado que o trabalho sério e empenhado da comissão, o melhor que sabiam e podiam dadas as vicissitudes com a falta de informação, fora reconhecido pelo Executivo.----------

Era positivo 67 trabalhadores, havia mais um, ver a sua situação regularizada, dando estabilidade e fazendo-se justiça. No entanto, não podia deixar de lembrar que mais de uma dezena de trabalhadores precários, a maioria da área da comunicação, foram dispensados e as situações de exclusão do procedimento concursal geradoras de dúvidas.----------

Até à presente data só tinham conhecimento de terem sido homologados 27 das candidaturas e assinados os contratos. Falava-se em 28 mas parecia-lhe que ainda só 27 assinaram. Perguntou qual a razão e para quando a homologação dos restantes.----------

O procedimento concursal número 8, aberto para dez trabalhadores precários, perguntou qual a razão de ainda não haver informação sobre as candidaturas admitidas ou recusadas.----------

No passado dia 7 de junho, por decisão do Executivo, realizara-se a primeira cerimónia de assinatura dos contratos de integração dos trabalhadores abrangidos pelos procedimentos concursais número 1, 2, 6 e 7. A ausência das eleitas do PCP no evento devera-se a não reconhecerem a necessidade dessa exposição pública e, por outro lado, por terem conhecimento de que havia situações por resolver e mal justificadas, para as quais tinham alertado. Vissem o requerimento apresentado na Assembleia de Freguesia em abril e na reunião de 29 de maio com o Executivo.----------

Mais tarde assistira-se, via *youtube*, aos momentos da cerimónia e não puderam ficar indiferentes. No uso da palavra, o Senhor Secretário do Executivo André Gomes referia a determinado momento mais ou menos o seguinte: "Agora não são só direitos, é uma responsabilidade. Não julguem que vão ter só regalias, agora começa a doer, já são funcionários da Junta".----------

Sempre pensara que tinham lutado para a integração dos trabalhadores precários, para além de ser justo, porque até aí tinham deveres e não tinham direitos, já não falando da insegurança, mas parecia que estava enganada.----------

Essa tónica também tinha sido mencionada pela Senhora Presidente Margarida Martins, que na sua intervenção não se esquecera de agradecer ao Governo ter aprovado a Lei 112/2017, ao Bloco que lutara e aos partidos que a votaram. Não mencionar a luta do PCP era esquecer o apelo de Jerónimo de Sousa em junho de 2017 ao PS para que apoiasse as iniciativas legislativas agendadas pelo PCP de duas propostas contra a precariedade, era esquecer a proposta do PCP para o Orçamento de Estado 2016 na concretização do programa urgente de combate à precariedade laboral, era esquecer a posição conjunta entre o PCP e o PS assinada a 10 de novembro de 2015, onde se identificavam os aspetos em que era possível convergir no combate à precariedade.----------

Os esquecimentos não tinham parado por aí. A comissão de acompanhamento não tivera direito a ser referida, considerando o seu papel interventivo e de luta pelos direitos dos trabalhadores, no âmbito das suas competências, para que todos os trabalhadores com vínculos precários fossem integrados no quadro de pessoal da Junta.----------

Também lamentava que não tivesse sido dado aos trabalhadores um espaço de intervenção, considerando terem intervindo todos os órgãos presentes.----------

Tinha-se dito que em todos esses eventos havia um aspeto pedagógico, tendo sido dado a todos os trabalhadores que entraram para o quadro da Junta um manual. O chamado manual de acolhimento era aquilo que se fazia nas empresas e que era positivo. O PCP congratulava-se com isso, como se congratulava que houvesse mais formação. Tinham falado que a formação era pouca e havia mais formação, nomeadamente no enfoque dado à contratação pública.----------

-Uma das coisas que gostaria e até tinha uma proposta, porque a formação não devia ser só para os trabalhadores, se fosse possível também devia ser para os Membros da Assembleia porque sentia por vezes haver um déficit de algum conhecimento sobre alguns temas, nomeadamente até nas questões de prestação de contas. No seu caso tinha uma formação contabilística, mas era a primeira a sentir um déficit sobre as contabilidades públicas e das autarquias. Seria muito positivo pensar-se nisso.----------

Quanto ao grau de absentismo, a informação dada referia que no primeiro semestre de 2018, em média, cada trabalhador faltara seis dias. Ora, a estatística dizia que um comeu um frango e o outro não comeu nada mas a média era que cada um comia meio frango. Não era dito o que contava para o absentismo, podia haver casos de baixas prolongadas e outros que nem faltaram e dizia-se que todos faltaram seis dias. Se extrapolassem, no fim do ano cada trabalhador faltava doze dias. Parecia uma informação redutora e sem significado.----------

Na ação social, referia o documento uma diminuição de atualização do cartão "Arroios Mais". Dizia-se que era por uma melhoria da situação financeira ou por incumprimento na apresentação de documentos, mas nada era dito sobre as percentagens. Podia haver uma informação desadequada.----------

Tinham sabido a situação dos sem-abrigo na proximidade da Igreja de Arroios.----------

Na saúde, perguntar qual a razão do Centro Clínico de São Jorge de Arroios ter encerrado em junho ao público, prolongando-se até setembro.----------

Na educação e juventude tinha uma pergunta sobre as obras da Escola Sampaio Garrido mas já fora dito que iria abrir no próximo ano letivo.----------

Gostava que tivesse sido mencionado no documento a Portaria 343/2018 com efeitos a 25 de maio, que autorizava as obras no Liceu Camões no valor de 12.046.000 euros. Era uma obra de grande importância para toda a Freguesia.----------

Na página 21 era dada a informação de que por baixa médica prolongada a atividade de psicologia ficava suspensa nas escolas tuteladas, previsivelmente. Gostaria de saber quando eram retomadas, porque essa atividade era extremamente importante e tendo em conta que na Freguesia havia três escolas tuteladas.----------

No envelhecimento ativo, segundo os gráficos, o universo dos utentes da Academia Sénior de Arroios era de 529. Isso parecia-lhe exagerado. Não eram 529 utentes, eram 529 que utilizavam, um utente podia utilizar várias atividades. Já tinha observado isso no trimestre anterior e parecia não estar bem.----------

No desporto, sobre o circuito do Campo Mártires da Pátria era referido que se estavam a estudar formas alternativas para acabar com o vandalismo. Gostaria de saber quais eram essas formas alternativas para acabar com o vandalismo. Só via uma, que era o policiamento, mas não havia porque a esquadra, como sabiam, estava fechada. Tinha um horário comercial.-

Na higiene urbana mantinham-se as taxas de execução acima dos 100% nas artérias turísticas e muito abaixo nas outras ruas. As ilhas para o lixo estavam a abarrotar e teria que haver uma recolha mais assídua, porque a Freguesia mudara e as coisas tinham que ser alteradas.----------

No espaço público era referido como causa da mobilidade a desorganização do estacionamento, dando como causa o estacionamento em segunda fila. Tinha uma outra visão e pensava que o problema do estacionamento não se resolvia em acabar com os carros, isso era uma utopia. O que se estava a fazer era pura e simplesmente retirar lugares de estacionamento, eram esplanadas nos lugares de estacionamento. A moda deixara de ser a bicicleta e passara a ser as motas e, por exemplo, na Passos Manuel havia três locais de estacionamento de motas, retirando seis lugares de estacionamento a viaturas e sem estarem todos ocupados. Tinham que estudar esse assunto, porque havia passeios que podiam ser recortados.----------

---------- (diálogos cruzados)----------

A Senhora Presidente da Assembleia disse que não se podia estar a falar demasiado tempo, porque roubavam a oportunidade dos outros partidos também se pronunciarem. O que pedia era que as perguntas fossem objetivas, sem considerações e referindo-se ao cerne dos assuntos.----------

Membro Fernanda Lacerda (PCP) disse que a Senhora Presidente tinha pedido para concluir, era a primeira vez. Isso é que era democracia.----------

Membro José Eduardo Matos (PS) fez a seguinte declaração:----------

"A bancada do Partido Socialista saúda a colaboração do Executivo na última reunião da Comissão de Acompanhamento da Integração de Precários, em especial a sua vontade de dialogar com todos os partidos que se fizeram representar, informando estes sobre os diversos procedimentos concursais a decorrer, numa demonstração clara de transparência!----

O Partido Socialista, aproveita também para congratular a Sra. Presidente Margarida Martins, por ter em consideração as recomendações feitas pelos membros da Comissão, permitindo a abertura de mais dez vagas com vista à integração de trabalhadores precários que, à data, ainda não tinham sido abrangidos pela lei 112/2017. ----------

Deixamos assim uma saudação a esta medida e, principalmente, aos trabalhadores que foram, e aos que ainda serão, integrados nos quadros da Junta. Até porque a história nos mostra, que quando há uma conquista de direitos, a vitória é sempre dos próprios.----------

Muito obrigado!"----------

Membro António Morgado Valente (PAN) disse que estava prevista no Plano de Atividades a alteração da localização do espaço contíguo ao parque canino e gostaria de saber para quando estava previsto e se seria feito com meios da Junta de Freguesia.----------

Membro José Cal Gonçalves (PSD) começou por manifestar a solidariedade do PSD em relação aos eleitos do PCP. A Assembleia de Freguesia devia ser um espaço de parlamento da Freguesia. Significava seguir o Regimento mas com alguma latitude e igualdade e se calhar valia a pena refletir sobre a periodicidade das reuniões, se de três em três meses ou se seria melhor fazer uma por mês para que a participação pudesse ser mais efetiva e as coisas tratadas no local próprio. Mal ia uma democracia quando no parlamento próprio não havia tempo e espaço para a intervenção.----------

Dito isso passava a referir a intervenção do CDS-PP, dessa vez para se solidarizar com as propostas do CDS no que dizia respeito ao Intendente nos momentos de festa, a colocação dos ditos espaços de wc descartáveis ou outras soluções, assim como as questões da reabilitação do Regueirão.----------

Era matéria que de algum modo já tinham focado no passado com algumas imagens, quanto a degradação que se fazia sentir naquela zona.----------

Manifestava também a sua preocupação em relação à matéria focada pelo PCP quanto à suspensão do apoio na área da psicologia nas escolas tuteladas.----------

Sobre a questão dos precários queria saudar os Membros do Executivo e todos os Membros que integraram e participaram na respetiva comissão. Fora um trabalho profícuo, tinham consciência que com momentos de alguma complexidade e dificuldade, mas ainda assim sentia que as questões tinham vindo a ser superadas. Essa era uma razão pela qual decidiram, a outra era por respeito aos trabalhadores que estavam a ser empossados, corresponder ao convite da Senhora Presidente e estar representados no momento da tomada de posse desses novos trabalhadores.----------

Queria referir um aspeto que se prendia com a parte final do relatório, quando se falava da implementação de medidas de promoção da acessibilidade pedonal e acalmia de tráfego. Saudava todas as situações de acalmia de tráfego na Freguesia mas tinha uma dúvida que queria deixar ao Executivo para análise.----------

Na intervenção PP 12, a intervenção que estava prevista fazer na esquina da Rua Forno do Tijolo, Rua de Macau e Rua António Andrade, pelo que via no croqui apresentado, o sentido descendente da Rua de Macau para a Forno do Tijolo deixaria de existir. Isso significava uma sobrecarga do trânsito na Praça das Novas Nações, na zona da escola que ali estava. O tráfego passava a circular pela Praça das Novas Nações e tinha uma de duas hipóteses, descia pela Rua de Moçambique ou passava a descer a Rua de Angola, virando à esquerda para a Forno do Tijolo.----------

Parecia que essa solução iria complicar ainda mais o trânsito naquela zona, que era uma zona de passagem já sobrecarregada pela ligação ao Conde Redondo. O que era distribuído logo no topo, no início da Rua de Macau, no sentido descendente desaparecia e iria provocar a sobrecarga na Praça das Novas Nações, à porta da escola. Mesmo que saísse pela Rua de Moçambique, uma boa parte do trânsito ia para a Rua de Angola para virar à esquerda, o que também ia complicar o trânsito.----------

Não sabia se haveria algum estudo de tráfego para essa intervenção e gostaria de saber. Deixava essa chamada de atenção e contributo.----------

Membro Ana Mirra (PCP) disse que na página 12, em relação ao apoio na saúde oral, era estranho só haver duas consultas. Numa sociedade em que havia tantos problemas com a saúde oral era estranho não haver mais pedidos de consulta.------

Na questão da psicóloga, não se entendia a razão por que não fora colmatada essa baixa, quando se sabia que isso era um problema muito complicado na infância.----------

Talvez não estivesse a perceber muito bem, mas o envelhecimento ativo, se as pessoas com alguma idade também tinham aulas de natação na piscina. Provavelmente estariam incluídos na hidroginástica.----------

Mais uma vez o circuito de manutenção do Campo Mártires da Pátria. Aquilo sofria do mesmo mal de toda a Freguesia, falta de vigilância.----------

Em relação ao desporto, parecia-lhe que o campo de basket contíguo à piscina de Arroios estava abandonado. Perguntou se estava ou não e por que razão. A Junta até estava a investir no desporto ao nível de avenças.----------

Quanto às parcerias com a comunidade, sabia que essa vontade existia, mas com a PSP, 4ª Esquadra, Polícia Municipal, estava muito aquém do que a Freguesia precisava. Estavam no coração de Lisboa e não havia policiamento, as pessoas sentiam-se inseguras.----------

A higiene urbana era considerada como "satisfatória" mas não era satisfatória. Sabia haver um grande esforço por parte dos trabalhadores, por parte da Junta, mas realmente só nos gráficos porque *in loco* a higiene urbana estava muito aquém do que seria considerado satisfatório, por todas as razões e mais algumas. Não iam fingir uma coisa que não existia.----------

A Câmara queria sensibilizar os munícipes mas deviam começar pela própria Câmara. Já não era a primeira vez que informava a Câmara sobre ruas que pareciam não existir,como a Travessa Nova do Colégio e afins. Pelas respostas que davam eles não conheciam aquelas ruas e então não havia recolha, a recolha era feita semanalmente.----------

---------- (diálogos cruzados) ----------

Respondendo a um aparte feito por um dos membros da Assembleia da Freguesia, disse que tinha sido assaltada na Almirante Reis, do café para o trabalho. Se achavam que isso era segurança, para si não era. Por acaso até achava que era uma cidade de ladrões, infelizmente.----------
Perguntou para quando a retirada das mesas de pic-nic ou de jogo que foram prometidas em reunião ao grupo de utentes do parque canino e para quando a porta dupla.----------
Na acessibilidade gostaria de ver mais rampas e sobre o metro de Arroios gostava de ver uma informação mais explícita.--
O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas, disse que, como já referira na Assembleia anterior, o PCP era muito cioso do seu tempo mas ficava muito preocupado quando o Executivo começava a responder. O PCP não dava lições de democracia ao PS e ao Executivo.----------
Havia uma questão que era inadmissível e que nem sequer era digna da postura típica do PCP. Era a segunda Assembleia em que se falava de umas avenças, mas iam ao assunto porque o Executivo falava abertamente dos assuntos, não lançava para o ar acusações torpes.----------
A Junta de Freguesia tinha uma avença com um técnico superior, uma pessoa com experiência na área do desporto que fora responsável pela renovação da piscina, uma obra exemplar, e por um estudo prévio que estava feito para um ginásio. Enquanto o Executivo estivesse presente essa pessoa continuaria a colaborar com a Junta, quisesse o PCP ou não e fizesse o PCP o que fizesse, nomeadamente utilizando meios mais ou menos democráticos relativamente a essa matéria. A pessoa que lhes prestava apoio era de alta capacidade e continuaria a prestar apoio.----------
Tentara manter-se em silêncio, apesar de ter sido dito ali que Lisboa era uma cidade de ladrões, que era uma postura absolutamente inadmissível, porque nem de ladrões nos seus fregueses nem de ladrões nos seus eleitos. Essa era uma postura que não aceitava que fosse colocada na Assembleia de Freguesia. Não dizia que fosse o PCP, porque reconhecia no PCP uma dignidade que não era a dignidade que a Membro Ana Mirra tivera nessa intervenção.----------
Em relação à segurança, essa sensação resultava de muitos fatores e estava muito longe de ser o policiamento o único fator a contribuir para isso. Se de repente achavam que tornar Lisboa uma cidade policial resolvia os problemas de segurança, isso não resolvia e não era a resposta adequada aos problemas da cidade.----------
Com certeza havia falta de policiamento em certas zonas, mas ninguém acharia que era por não haver um polícia em cada local que os equipamentos do Campo Mártires da Pátria estavam avariados. Isso era até um atestado de menoridade aos cidadãos, porque os cidadãos conseguiam autorregular-se independentemente de existir polícia ou não. A questão da segurança passava pela iluminação pública, passava por um espaço público de qualidade onde as pessoas pudessem estar presentes. A maior segurança que existia era quando as pessoas iam para a rua e ocupavam o espaço público.----------
Tinha havido uma reunião com o Senhor Vereador da mobilidade e segurança, Miguel Gaspar, com indicações de que havia intenção da Câmara em iniciar um contrato local de segurança para a zona da Rua dos Anjos/Almirante Reis/Regueirão dos Anjos, uma zona bastante abrangente. Um contrato local de segurança era exatamente isso, era um conjunto de ações integradas de forma a melhorar a segurança.----------
Não desvalorizavam isso, mas não achavam que o alfa e o omega do problema da segurança fosse o policiamento, nem se reviam minimamente em que estivessem num problema dramático de segurança, porque isso era de uma miopia social e política que não conseguia acompanhar.----------
Relativamente à intervenção da Membro Ana Mirra ficava pela segurança, porque o resto não conseguia acompanhar.------
Tinha que diferenciar claramente o estilo e a dignidade colocada pela Membro Fernanda Lacerda na sua intervenção. As habituais discordâncias eram políticas e com toda a normalidade.----------
Não valia a pena brincarem com os números em relação à questão dos precários e às nove pessoas que estavam em projetos, seis na TV Arroios e três na CPCJ, e que não foram integradas. Não podiam às segundas, quartas e sextas dizer que achavam estar a gastar muito com a comunicação e às terças e quintas dizer "Aqui D' el Rei, que o PS teve uma atitude de falta de sensibilidade com estes trabalhadores".----------
O projeto fora redefinido, grande parte dos seus custos era com recursos humanos. Tinha havido algumas diligências internas na tentativa da sua redefinição para outras funções e havia uma questão clara, à qual não valia a pena fugir. A Lei dizia no artigo 5º quais eram os critérios e não se podia integrar ao abrigo dessa Lei pessoas da comunicação noutras funções.----------
Tinha que haver uma certa seriedade política nessas matérias. Não se podia criticar um projeto cujos custos eram fundamentalmente recursos humanos e depois quando havia uma redefinição do projeto, bem ou mal, um projeto que até era altamente criticado na Assembleia de Freguesia no mandato passado, pelo PCP em particular e por outras forças políticas, dizer que não estavam a integrar as pessoas.----------
Não valia a pena jogarem com os números. Os números eram aqueles que tinha dito. Eram nove pessoas que não continuaram porque os seus projetos terminaram, como sempre tinham dito na Assembleia, quatro por iniciativa própria, uma por falecimento, uma por mobilidade, duas por iniciativa da Junta anteriores ao início do processo dos precários, sendo que os trabalhadores deram origem a uma comunicação do sindicato e nem sequer concorreram no âmbito do concurso. Não transformassem os dez em vinte, os números eram esses e que ficasse muito claro.----------

Uma divergência profunda com o PCP era que não via esses processos como mecânicos, via como processos onde estavam pessoas.----------
Infelizmente não pudera estar presente, por razões profissionais, mas tinha reunido e falado com alguns trabalhadores na Junta nesse dia, que até se tinham vestido de outra forma. A alegria dessas pessoas devia ser celebrada, elas não eram obrigadas a participar na cerimónia. O PCP entendera não estar presente, o que era perfeitamente legítimo porque esse tipo de exposição talvez não fosse a mais interessante, mas na mesma intervenção dizia que os trabalhadores não falaram. Não sabia, se os trabalhadores tivessem falado nessa cerimónia, do que poderiam ser acusados. Não entendia o racional relativamente à questão da cerimónia.----------
As pessoas tinham expetativas, a sua liberdade individual, tinham que dar espaço para isso acontecer e não podiam ser mecanicistas ao ponto de achar que isso não podia ser feito.----------
Disse que fariam o esforço de introduzir mais dados comparativos de um semestre para o outro. Podia dizer que o "Arroios Arranja" passara de 9 intervenções para 19 intervenções, no caso da Academia Militar passaram de 380 utentes num trimestre para 600 utentes no trimestre seguinte. A Senhora Presidente da Junta no mandato anterior tinha feito um enorme esforço de convencer muita gente a conseguir abrir aquele equipamento, que estava a ser importante e a ser utilizado pela população.----------
No próximo jornal da Freguesia, que pensavam sair em setembro/outubro, iriam dar enfoque a tudo aquilo que a Freguesia dispunha do ponto de vista social. O jornal era o veículo com mais abrangência no público e dariam enfoque para que as pessoas tivessem mais informação nesse sentido.----------
Queria dar uma nota de *mea culpa*, porque dentro do Executivo tinha a responsabilidade de organizar a informação escrita. Havia um erro da sua parte relativamente à questão da Biblioteca de São Lázaro, a informação era exatamente a mesma que estava, era um *copy-past*. Iria enviar os dados corretos em relação ao trimestre.----------
Não podiam achar que o policiamento era bom para as questões de segurança e era mau quando se tratava de regular o trânsito. Quem se interessava por essas matérias sabia que um dos principais problemas da Cidade de Lisboa na mobilidade rodoviária era a segunda fila e não podiam ser complacentes. Isso prejudicava brutalmente a comunidade e as pessoas que queriam circular, para além de ter inúmeros problemas ambientais e de segurança.----------
Uma coisa que queriam fazer nos próximos anos era atuar junto das escolas da Freguesia para que a tomada e largada de crianças se fizesse de forma segura. Havia pais que não entendiam sequer os riscos em que colocavam as próprias crianças. Estacionavam em segunda fila, atrás da passadeira, colocando em perigo objetivo as crianças que iam passar na passadeira. As pessoas tinham que ter consciência de que isso era um ato grave, não era tão mau como dar uma facada mas era um ato grave do ponto de vista social.----------
A Junta apoiava aquilo que era a postura da EMEL e da Polícia Municipal no sentido de combater a segunda fila, assim como apoiava a questão do estacionamento para motas. Havia imensas zonas da Freguesia em que as pessoas estacionavam em cima dos passeios. As motas eram veículos mais adequados, que provocavam menos tráfego e a Câmara dera bem a possibilidade das motas utilizarem a faixa *bus*.----------
A informação escrita diria que a situação estava satisfatória em termos dos monos mas o Executivo não estava contente com o estado da higiene urbana na Freguesia. Se alguém estava insatisfeito com isso era o Executivo e tomaria as iniciativas ao alcance, quer fosse com os meios da Junta como procurando junto de quem podia ajudar na ampliação dos mesmos, a CML, no sentido de ampliar.----------
A Senhora Presidente da Junta referiu que tinha saído nesse dia um estudo a dizer que Portugal era o quarto país mais seguro do mundo.----------
Lamentava a conversa da Membro Ana Mirra, porque andava nas ruas e sentiam-se muito mais pessoas na rua, muito mais gente a circular. Via-se no Campo Mártires de Pátria mais pessoas que havia quatro anos antes e atualmente. ----------
Não tinha prometido a ninguém e não gostava que pusessem coisas na sua boca. As quatro mesas que estavam ali eram muitas vezes utilizadas para pic-nics de pessoas logo de manhã. Chegava muitas vezes às oito e meia da manhã e estavam pessoas a tomar o pequeno-almoço. Da parte da tarde era utilizado por pessoas que jogavam e já tinha pedido à polícia várias vezes para fazer uma passagem ali e avisar as pessoas, mas todas as pessoas tinham o direito de viver o jardim. Tinham era que educar as pessoas.----------
Tiveram o cuidado em relação ao parque canino de pagar mais um tanto para pôr uma rede maior, por forma a que as pessoas não atirassem com o lixo lá para dentro. Eram pessoas que não iam exterminar, estavam ali e tinham que se sensibilizar. O próprio funcionário da Junta chamava à atenção quando eles eram mal educados, mas não era porque alguém fora ofendido que se fazia uma queixa na polícia e identificava as pessoas. Havia sempre polícia junto ao jardim, do lado do Instituto Alemão. O polícia que estava à porta tinha que interferir nas urgências em espaço público.----------
Realmente havia pessoas que estavam ali a jogar, mas durante o dia também havia pessoas ali a comer. Era um gasto da Freguesia em prol da população toda. Também foram mal educados consigo e não era por isso que tirava as mesas daquele espaço que custara dez mil euros.----------

O Vogal do Executivo André Gomes disse que já não podia falar muito em segurança, já fora concetualmente muito discutida e precisaria de duas ou três horas para falar de segurança na cidade. Ficava contente de ver os seus colegas de Executivo defender a segurança.----------
Não tirando de parte o que se dizia, em termos até culturais, estavam muito habituados ao polícia de bairro antigo, do Estado Novo e de toda a história da Idade Média, onde começara toda a história da segurança.----------
Se interviessem muito no espaço público, a iluminação, tudo isso contribuia para a segurança. A Câmara queria implementar um contrato local de segurança para envolver não só a PSP e a Polícia Municipal, mas também toda a comunidade. Era isso que melhorava a segurança.----------
Em termos políticos, para não se alargar nos conceitos, porque trabalhara quase toda a sua vida na polícia, Portugal era um País seguro e tanto assim era que tinha um turismo fora do normal. Obviamente que assaltos haveria toda a vida e onde houvesse muitas pessoas mais haveria. A Junta de Arroios estava a fazer um esforço para ter uma esquadra na Freguesia e já tinha falado disso junto do Vereador e junto do Governo naquilo em que podia participar, partindo do princípio que a PSP tinha competências plenas de proteção da comunidade.----------
Não pensassem que por terem uma esquadra muito próxima do limite da Freguesia, na Rua da Palma, que a Junta de Freguesia de Arroios prescindia de uma esquadra na sua área.----------
Transmitiam aos comandantes da 1ª Divisão e da Polícia Municipal os problemas que iam aparecendo em termos de segurança. Nem que fosse só um assalto era preocupante mas a segurança não se combatia só com polícia, era com todos.
Membro Ana Mirra (PCP), no uso da palavra para defesa da honra, disse que quando referira o País de ladrões, isso era verdade, não se sentia segura. O Senhor Tesoureiro insinuara que eram os políticos, mas não, só tinha dito que estavam num País de ladrões porque com certeza a criminalidade tinha aumentado. Deviam conhecer pessoas diferentes das suas, porque muita gente lhe ia dizer que não saía à noite por ter medo. ----------
Tinha começado exatamente por dizer que sabia do esforço da Senhora Presidente em relação a pedir que a polícia passasse no Campo Mártires da Pátria e até dissera que ninguém estava a pedir um polícia por esquina. O que se estava a pedir era policiamento, não havia efetivos para a Pena. Também falava com as pessoas, também falava com os agentes. Infelizmente não havia segurança.----------
O que queria dizer em relação às mesas não era por causa da Ana Mirra ter um cãozinho, era porque aquelas pessoas estavam ali a comer, o campo estava como estava, o possível, levantava pó, as pessoas ficavam chateadas, as mesas estavam perto do pó e havia má vizinhança, havia agressão.----------
Lamentava viver numa Freguesia em que os fregueses eram insultados e agredidos por esse tipo de questões. A Senhora Presidente tinha falado em retirar dali as mesas e quem estava presente podia dizer. O que se estava a pedir eram barreiras visuais.----------
Pedia desculpa se tinha ferido alguma suscetibilidade e para a próxima faria melhor.----------
---

Ponto 7 –Proposta de abono de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de segundo grau da Junta de Freguesia de Arroios;----------
O Vogal do Executivo André Gomes disse que isso tinha a ver com a reorganização feita nos serviços da Junta, com a criação de divisões e dois lugares de chefes de divisão.----------
Pressupunha no princípio o Executivo, mal, que era automático as despesas de representação, para as divisões mas não era. Por isso aprovaram em Executivo as despesas de representação e levavam à Assembleia para aprovar o que era devido às duas chefes de divisão que estavam a exercer o cargo na Junta de Arroios.----------
Membro Fernanda Lacerda (PCP) disse que não estavam contra qualquer abono, se era ou não de direito, a votação seria de abstenção e tendo em consideração a recomendação que ia apresentar ao Executivo e que tinha como único objetivo pedir um parecer jurídico junto da DGAL:----------
---------- **Recomendação**----------
"Proposta de abono de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de segundo grau da Junta de Freguesia de Arroios----------
A fundamentação jurídica da proposta não é clara, baseia-se na criação sub-orgânica e das suas respetivas atribuições e competências, que tem de ser aprovada em Assembleia de Freguesia com base na proposta da Junta.----------
Remete ainda para as condições legais de recrutamento para o cargo dirigente em regime de substituição, que também não é matéria que se encontre em análise.----------
Em relação ao número 6 do artigo 15º do Decreto-Lei 305/2009, de 23 de outubro, de facto é referido que:----------
"Aos cargos de direção intermédia de segundo grau das freguesias é aplicado, com as devidas adaptações, o estatuto do pessoal dirigente das câmaras municipais e dos serviços municipalizados." ----------
No entanto, o artigo 15º refere unicamente à questão da organização, que é aliás objeto do Decreto-Lei nº 305/2009, que no seu artigo nº 1 diz que: "O presente Decreto-Lei estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais".----------

É a Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que de facto procede e adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, mas esta Lei não reporta nem adapta o estatuto de pessoal dirigente às freguesias.----------
Mesmo o parecer nº 80/2003 da Procuradoria Geral da República, na parte transcrita na proposta da Junta de Freguesia de Arroios, limita-se a referir o que se entende por abono de despesas de representação, o que já se encontra consagrado em Lei. Só na alínea i) é que a proposta é fundamentada. ----------
Ou seja, é com base no entendimento do órgão executivo que o pessoal dirigente da Junta de Freguesia de Arroios deve ter tratamento idêntico ao dos dirigentes da administração local. Interessante não ser entendido como tratamento idêntico aos dos dirigentes dos municípios.----------
Posto isto, também as eleitas do PCP na Assembleia de Freguesia de Arroios consideram que deveria haver um tratamento idêntico, mas infelizmente consideram que a proposta tem uma fundamentação jurídica fraca e tendo em conta que, segundo o artigo 22º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto: "Sem prejuízo da responsabilidade civil, financeira e disciplinar a que houver lugar nos termos legais, o pessoal que receba indevidamente remuneração e demais abonos inerentes a lugar dirigente fica obrigado à reposição das quantias recebidas, sendo solidariamente responsável pela referida reposição aquele que informe favoravelmente ou omita informação relativa ao provimento ou permanência de pessoal dirigente em violação do disposto na presente Lei".----------
Recomendam à Junta de Freguesia de Arroios que solicite um parecer jurídico junto da DGAL ou de outra entidade, de forma a salvaguardar a legalidade da decisão e os interesses do pessoal dirigente.----------
Arroios, 28 de junho de 2018 ----------
----------*As eleitas do PCP – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luisa Martins Pereira Mirra.*----------
Membro José Cal Gonçalves (PSD) disse que o PSD já tinha suscitado na Assembleia por escrito uma questão que se prendia com a recomendação que o PCP acabava de fazer.----------
O regime de substituição operava quando havia um dirigente nomeado que estava impedido temporariamente ou quando criado um lugar novo estava em curso o respetivo procedimento para a escolha do dirigente. O PSD perguntara através da Mesa quando a questão se tinha colocado e, à semelhança de outras coisas, não obtiveram resposta.----------
O PSD estava sempre disponível para aprovar aquilo que pudesse beneficiar o rendimento dos trabalhadores, mas preocupava que se criasse uma expetativa e que pudesse a seguir conduzir a uma reposição. Ao fim de alguns meses já era uma quantia significativa e se o funcionário em causa tivesse que fazer a reposição isso pesava certamente no orçamento familiar, até porque se acomodara a essa novidade.----------
Da parte do PSD estavam disponíveis para viabilizar a proposta na presente sessão, mas era recomendável que se analisasse a questão da nomeação, entretanto já publicada em Diário da República, dos dois técnicos em regime substituição, analisando à luz daquilo que era o normativo.----------
Por outro lado, quanto a essa norma em concreto, o enquadramento legal era dúbio e talvez por isso, à míngua de melhor solução, o enquadramento feito era o que o Executivo entendia. A proposta não estava fundamentada com nenhum preceito legal, dizia "o Executivo entende".----------
Era mais confortável para todos que pudesse ser obtido um parecer, ou junto da DGAL como era proposto, ou inclusivé junto da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, que também era uma entidade com competência para o efeito. Era apenas uma sugestão.----------
Não queria com isso estar a dificultar a proposta do Executivo, nem a eventual expetativa que os trabalhadores em causa tinham de receber esse dinheiro. De qualquer forma, deixava essa preocupação dupla.----------
Membro Frederico Sapage Pereira (CDS-PP) disse que o CDS tinha algumas dúvidas relativamente ao abono de despesas de representação para os titulares de cargo de direção intermédia. As questões passavam pelo tipo de despesas de representação, tinha um chefe de divisão administrativa e financeira, um chefe da divisão de ambiente urbano e desenvolvimento local, um chefe de divisão de intervenção social. Perguntou se era a deslocação, sendo que a Junta já tinha uma frota e motoristas ao seu dispor. Perguntou se era de alimentação, sendo que no salário já dispunha de subsídio de alimentação. Perguntou se era para a cortesia individual, fazendo a analogia que foram buscar à Lei. ----------
Tinha essas questões e mediante a resposta o CDS tomaria o seu voto, mas por uma questão de princípio não concordava com esse tipo de despesas de representação.----------
Membro Ana Filipe (BE) disse que dadas as questões levantadas pelos outros Membros da Assembleia e assumindo a sua ignorância em matéria legal nessa legislação, gostava de algum esclarecimento para perceber exatamente o que estavam a votar e compreender um pouco se existia de facto certeza do que estava a ser proposto ao nível jurídico, sabendo que existiam pareceres para todos os gostos e feitios.----------
O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas, disse que tinha faltado uma resposta ao Membro José Cal Gonçalves. Os estudos já eram projetos praticamente em execução e a Junta de Freguesia resolvera avançar com eles ainda antes de ter novos contratos de delegação de competências.----------

Esses projetos foram ainda feitos com a equipa que estava em transição da CML, da acessibilidade pedonal, liderada pelo Arquiteto Pedro Homem Gouveia, também aprovados pela direção municipal de mobilidade e tráfego da CML.----------
Sem prejuízo disso, tomaram nota dessa questão e estavam completamente disponíveis para analisar no local as questões que foram levantadas. Se achassem que essa alteração poderia ter riscos não havia problema nenhum em adaptá-la para que ficassem todos mais confortáveis com isso.----------
O Vogal do Executivo André Gomes disse que essa questão, em termos de administração central e também dos municípios, era de todos os dirigentes. Desde diretores municipais, diretores gerais, sub-diretores gerais, chefes de divisão, tinham direito a despesas de representação.----------
Em relação à pergunta do CDS, o subsídio de alimentação era outra coisa. Isso tinha a ver com a questão da pessoa, devido aos cargos, tinha despesa de roupa, de comida, de encontros que fizesse com pessoas que tinha a seu cargo. Havia despesas inerentes à função.----------
Havia recomendações e pareceres jurídicos para quem tivesse despesas de representação não poder apresentar faturas de qualquer maneira, mas a representação tinha a ver com isso, não tinha a ver com o vencimento. Era esse o espírito do legislador.----------
A Câmara Municipal de Lisboa começara no início a pagar despesas de representação. No seu caso tinha recebido despesas de representação durante onze anos como Comandante da Polícia Municipal, equiparado a diretor municipal. ---
A legitimidade de aplicar aos dirigentes da Junta de Freguesia era porque o legislador esquecera-se, com intenção ou não, de aplicar diretamente às autarquias o diploma que aprovava o regime para a administração central. A Câmara Municipal já tivera que levar à Assembleia Municipal para regularizar tudo.----------
Tinham feito um estudo mais aprofundado com essa Lei e era necessário levar à Assembleia de Freguesia. Podiam pedir um parecer à CCDR, que tinha competência na matéria para as autarquias locais. Teriam que pagar, era quase o valor da despesa de representação por esse parecer mas podiam fazer isso, se assim fosse entendido e que só seria aprovado nessas condições.----------
Membro José Cal Gonçalves (PSD) referiu que estavam dois aspetos em causa. Um era a aprovação desse suplemento remuneratório, outro era o procedimento da nomeação.----------
Era verdade que quando se pedia um parecer à CCDR ele tinha que ser pago, exceto se fosse já elaborado um parecer ou uma opinião, perguntado à CCDR se ratificava ou não aquela opinião. Nessa altura não teria custo.----------
O Vogal do Executivo André Gomes disse que se assim entendessem seria submetido à CCDR para parecer definitivo, para ficar tudo claro.----------
Quanto à nomeação dos chefes de divisão em substituição, esse era outro assunto que teriam de analisar futuramente para fazer concurso definitivo de cargos dirigentes. Havia três divisões criadas e só tinham duas em funções, a divisão administrativa e financeira e a divisão de ambiente urbano.----------
Membro Damião de Castro (PSD) disse que era importante saber o número que estava em causa.----------
A explicação quanto ao título em si, as despesas de representação, tinha andado durante muitos anos na vida pública e recebera despesas de representação durante mais de vinte anos. O Vogal André Gomes tinha explicado com clarividência o que era objeto das despesas de representação.----------
Perguntou como seria com as outras Juntas de Freguesia. Não estavam sozinhos em Lisboa e era importante saber que política estava a ser seguida.----------
O Vogal do Executivo André Gomes respondeu que, daquilo que tinha conhecimento, algumas com a aprovação da Assembleia de Freguesia, pelos órgãos próprios. Conhecia por exemplo o caso da Penha de França, nos mesmos termos. Noutras não tinha sido, mas não devia dizer quais foram por uma questão de ética.----------
O Executivo quisera levar à Assembleia para se decidir em conformidade, até pelas pessoas visadas. Não queriam pagar sem direito e não era essa intenção, estavam a falar com toda a franqueza e clareza.----------
A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta de abono de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de segundo grau da Junta de Freguesia de Arroios,** tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS (9) e abstenções de PSD (3), CDS-PP (2), PCP (2), BE (1) e PAN (1).----------
Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP) disse que não era tão eloquente como as eleitas do PCP nem tinha uma linguagem tão pitoresca como a Membro Ana Mirra, mas colocara algumas questões e não obtivera resposta, nomeadamente a questão das taxas dos mercados e dos valores que estavam por cobrar. Era uma informação de relevo para a Assembleia e, portanto, insistia nela.----------
O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas, disse que não tinha consigo os números em concreto. Pensava que seriam cerca de 40 mil euros no acordo de pagamentos mas não tinha a certeza. ----------
O Executivo faria chegar a todos os Membros, através da Mesa, os dados concretos.----------
Membro Ana Filipe (BE) disse que se estava previsto na Lei o BE considerava que tinham direito e devia ser atribuído. Simplesmente por uma questão de não ter conhecimento legal o seu voto fora no sentido de abstenção. ----------

A

ATAS

Aproveitava para sugerir que a Mesa da Assembleia apresentasse uma proposta no sentido de melhorar as Assembleias de Freguesia. Se calhar as coisas podiam ser feitas de uma forma mais clara, indicando à pessoa que estivesse a falar o tempo que tinha, talvez avisar no início da intervenção e a dois minutos do fim, haver um cronómetro que fizesse essa contabilização.----------

Algumas intervenções não excederam o tempo que tinham, outras excederam e deviam equilibrar. Portanto, deixava essa proposta à Assembleia.----------

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que o tempo de cada Membro para intervir era de 10 minutos e tinha havido intervenções de 20 e 25 minutos.----------

Seguidamente, deu por encerrada a sessão, eram zero horas e trinta e cinco minutos do dia 29 de junho de 2018 . ----------

Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes.

- ----------

PRESIDENTE _____

1º.SECRETÁRIO _____

2º.SECRETÁRIO _____